CAPES

2009-2013

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB

RELATÓRIO DE GESTÃO

LIFE

Brasília, 2013

Sumário

Apresentação 4

1. Introdução 10

2. Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life 26

2.2. Referências legais 27

2.3. Participantes 28

2.4. Financiamento 28

2.5. Resultados consolidados dos editais 35/2012 e 67/2013 29

2.5.1. Resultados do Edital nº 35/ 2012 31

2.5.2. Resultados do Edital 67/2013 33

2.6. Perspectivas para 2014 34

3. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos 35

3.2. Britannica on line 35

3.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação 36

3.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI 36

3.5. Estratégias de Comunicação 37

3.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 37

3.7. Parceria DEB - FNDE 37

4. Acompanhamento e Avaliação dos Programas 39

5. Novos Programas em análise na DEB 43

6. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013 44

7. Desafios da DEB 62

8. ANEXO I – IES Parceiras 69

9. ANEXO VII –IES Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores- LIFE 82

SIGLAS

AAE – Auxílio por Avaliação Educacional
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
CGIN – Coordenação Geral de Informática – Capes
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTC/EB - Conselho Técnico-Científico da Educação Básica - Capes
DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial/Capes
DED - Diretoria de Educação a Distância/Capes
DPB - Diretoria de Programas e Bolsas no País/Capes
DRI - Diretoria de Relações Internacionais/Capes
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação/Capes
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IGC - Índice Geral de Cursos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES - Instituição Pública de Ensino Superior
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Life – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
LOA - Lei Orçamentária Anual
Paep - Programa de Apoio a Eventos no País - Capes
Parfor - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas
SAC – Sistema de Auxílios e Concessões (Capes)
SEB – Secretaria de Educação Básica
SESu - Secretaria de Educação Superior
Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SGB – Sistema de Gestão de Bolsas

Apresentação

Esta Apresentação caracteriza-se como um Resumo Executivo e tem o propósito de dar uma visão sucinta do Relatório de Gestão 2009-2013, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, órgão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Optou-se por elaborar um Relatório consolidado pelo fato de a gestão da formação de professores para a educação básica na Capes, no período 2009-2013, representar uma linha de ação marcada pela continuidade dos programas e pela identidade de visão política dos titulares da DEB sobre a relevância social da carreira do magistério da educação básica. A consolidação das informações em poucas páginas tem o propósito de permitir ao leitor uma visão de conjunto e perceber a evolução da área na Capes.

A Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) foi criada em 2007, quando a Lei 11.502, de 11 de julho de 2007, conferiu à Capes as atribuições de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em 2012, o Decreto nº 7.692, de 2 de março, alterou o nome da diretoria para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB, já consolidada na Capes e nas instituições parceiras. A mudança não alterou o trabalho desta Diretoria, mas revelou de modo mais claro o foco de sua missão: promover ações voltadas para a valorização do magistério por meio da formação de professores.

Importa ressaltar que a diretoria considera que uma política de valorização do magistério decorre de um conjunto articulado e orgânico que atraia novos profissionais e mantenha na rede os já atuantes. Esse conjunto envolve plano de carreira, salário digno, formação inicial e continuada articulada à progressão funcional, boa infraestrutura física e tecnológica na escola, ambiente favorável à aprendizagem e ao convívio, gestão comprometida com o sucesso escolar de todos e, ainda, reconhecimento social. Sendo, porém, a atribuição legal da diretoria direcionada à formação, é nesse segmento que são concentrados os trabalhos.

Em 2013, a DEB buscou fortalecer seus principais programas, com o propósito de organizá-los a partir de eixos comuns, de forma que o conjunto concretize uma política de Estado voltada à formação inicial e continuada. O sucesso dessa política, acrescido dos demais aspectos elencados no parágrafo anterior, certamente contribuirá para a valorização dos professores da educação básica e de suas instituições formadoras e para a melhoria da educação básica brasileira – condição não única, mas estruturante para a construção de um país verdadeiramente democrático, inclusivo e social e economicamente desenvolvido.

Os eixos comuns a essa política são (a) a busca da excelência e da equidade na formação de professores; (b) a integração entre instituições formadoras, escolas públicas de educação básica e programas de pós-graduação e (c) a produção e disseminação do conhecimento produzido.

A preocupação com excelência considera que formar um professor hoje exige alto grau de complexidade científica, acadêmica, metodológica e prática; a busca pela equidade deve-se ao fato de a Capes considerar o Brasil como um todo e a educação como um sistema nacional democrático: portanto, a excelência do processo de ensino e aprendizagem deve estender-se a todo o país.

Os princípios estruturantes da formação de professores induzida e fomentada pela DEB são: conexão entre teoria e prática; integração entre instituições formadoras, escolas e

programas de pós-graduação; equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e ética; articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Esses princípios básicos respeitam a autonomia das instituições formadoras e das redes de ensino e, ainda, as características locais e regionais, mas, ao serem intencionalmente traduzidos nos projetos pedagógicos de cada instituição parceira, produzem uma dinâmica capaz de renovar e inovar a formação dos professores do País.

Os dados registrados neste Relatório sinalizam a forte atuação da diretoria e apontam perspectivas de trabalho que aumentam a cada dia ante os bons resultados que estão sendo colhidos. O diferencial que a Capes traz à formação de professores e aos programas de fomento a estudos, pesquisas e inovação na Educação Básica advém de sua experiência de mais de seis décadas na qualificação, expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil e de uma visão sistêmica da educação brasileira.

Como decorrência dessa visão sistêmica, a Capes incentiva as instituições de educação superior a reconhecerem nas escolas públicas um espaço de produção e de apropriação de conhecimento, tornando-as, simultaneamente, partícipes e beneficiárias dos estudos e dos programas desenvolvidos. Paralelamente, essa integração contribui para unir ensino, pesquisa e extensão, respeitando o direito de aprender dos professores, valorizando os atores envolvidos e comprometendo a comunidade educacional com a elevação do padrão de qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB contabilizou parceria com 311 instituições de ensino superior, algumas com participação em todos os programas fomentados pela Diretoria. Esse número significa o alcance de 1.032 diferentes grupos de docentes de graduação e pós-graduação envolvidos com formação de professores da educação básica. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul. Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em sete estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Percentualmente, na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 80% e na Sul, 80%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas: 64%, contra 36% de públicas.

No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação: (a) formação inicial; (b) formação continuada e extensão, (c) formação associada à pesquisa e (d) divulgação científica. A sinergia e a intersecção entre as linhas e os programas podem potencializar os resultados educacionais, modificando o quadro brasileiro com maior velocidade.

É na **formação inicial** do professor que começa a qualidade da educação. A partir desse pensamento, a DEB fomenta três programas importantes. O primeiro, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, destina-se a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; o segundo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, alcança alunos de licenciaturas – professores ainda em formação; e o terceiro, o Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, busca promover a melhoria e a inovação nas licenciaturas, inclusive incentivando a atualização dos professores que formam professores.

Para a DEB, a **formação continuada** - nela incluída a extensão - responde à necessidade contemporânea de pensar a formação profissional em um *continuum* que se estende ao longo da vida. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e

a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

Nessa linha, estão os programas Novos Talentos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Profissional de Professores, a Residência Docente no Colégio Pedro II, os programas de formação de professores e alunos medalhistas associados às Olimpíadas de Matemática e Química e projetos de iniciação científica da Rede Nacional de Educação e Ciência. O programa Residência Docente abre a linha de indução profissional, tema em discussão nos países avançados, e propõe um acompanhamento especial e uma orientação qualificada a docentes recém-iniciados na rede pública.

A formação *stricto sensu* associada à pesquisa concretiza-se com o Observatório da Educação que, contudo, não forma somente doutores e mestres, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

A divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e, em boa parte, está associada aos demais programas de formação inicial e continuada. Muitas propostas de Feiras de Ciências e Mostras Científicas decorrem de participantes dos programas Pibid, Parfor, Novos Talentos, da Rede Nacional de Educação e Ciência.

O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todas as linhas e, à semelhança do programa Pró-Equipamentos, da pós-graduação, permite às IES públicas a formação de professores com domínio das novas linguagens e tecnologias, em uma vivência de diálogo interdisciplinar.

O **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor** se insere na primeira linha citada. É uma ação emergencial que visa estimular a formação em nível superior de professores em exercício nas redes públicas de educação básica, proporcionando-lhes oportunidades de acesso à qualificação profissional exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Desenvolvido em regime de colaboração entre a União – representada pela Capes -, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Programa fomenta a implantação de turmas especiais nos seguintes cursos e programas: a) primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; b) segunda licenciatura – para docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública que atuem em área distinta da sua formação inicial; e c) formação pedagógica – para docentes graduados, mas não licenciados.

O Parfor, na modalidade presencial[1], apresenta evolução em seu processo de institucionalização e crescimento na demanda e efetivação de matrículas. Em 2009, o número de matriculados era de 4.273 professores, distribuídos em 140 turmas. O Programa encerrou o ano de 2013 com 70.220 professores matriculados em 2.145 turmas especiais ofertadas por 96 IES.

O Parfor é um exemplo do compromisso da Capes com equidade, redução de assimetrias e crescimento inclusivo do Brasil: na modalidade presencial, há 2.480 professores matriculados, oriundos de escolas localizadas em terra indígena dos estados do AC, AM, BA, CE, MA, MT, PA, RR, RS, SC e TO. A região Norte lidera o ranking do número de matrículas efetuadas com o percentual de 48,86%, seguida da Nordeste com 38,18%. No estado do Pará, 71,5% dos professores sem formação estão sendo atendidos pelo Parfor, no Amazonas, 62,4%.

O **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid** lançou oito editais, entre 2007 e 2013. As atividades relativas ao primeiro edital somente foram iniciadas nos primeiros meses de 2009. De um total de 3.088 bolsistas em dezembro de 2009, o programa

[1] A modalidade a distância é de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância – DED.

cresceu para a concessão de 49.321 bolsas, em 2012. Nos editais de 2013, foram aprovadas a ampliação de projetos existentes, a inclusão de novos subprojetos/áreas e a participação de bolsistas do ProUni, uma vez que nas instituições privadas são formados cerca de 70% dos professores em exercício. As bolsas serão implementadas em 2014 e alcançam o número de 90.254 concessões, distribuídas em 2.997 subprojetos e 855 campi. Na região Nordeste está o maior percentual de bolsistas: 31%.

Mesmo com um tempo de maturação que ainda pode ser considerado pequeno, os relatórios e os relatos das instituições participantes do Pibid mostram impactos significativos, em especial:

a) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;
b) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance de resultados educacionais;
c) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
d) melhoria no desempenho escolar dos alunos envolvidos;
e) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
f) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
g) inserção de novas linguagens e tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores;
h) participação crescente de bolsistas de iniciação em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior.

A avaliação externa do Pibid realizada em 2013 destaca: "*Constata-se que o Pibid vem possibilitando, na visão de todos os envolvidos com sua realização, um aperfeiçoamento da formação inicial de docentes para a educação básica. Em particular destacamos a apreciação dos Licenciandos que participam deste Programa os quais declaram reiteradamente em seus depoimentos como o Pibid está contribuindo fortemente para sua formação profissional em função de propiciar contato direto com a realidade escolar nos inícios de seu curso, contato com a sala de aula e os alunos, possibilitando-lhes conhecer de perto a escola pública e os desafios da profissão docente." (*Gatti, B.; André, M., 2013)

O **Observatório da Educação** é um exemplo claro da proposta de incentivo à articulação entre programas de pós-graduação e educação básica. É desenvolvido em parceria com o INEP e teve editais em 2006, 2008, 2010 e 2012. Em 2009, por solicitação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secadi, foi publicado o Observatório da Educação Escolar Indígena, uma edição especial com foco nos territórios etnoeducacionais indígenas. Os projetos do Obeduc podem ter de 2 a 4 anos. Em 2013, estavam vigentes 176 projetos, distribuídos em 136 projetos locais e 40 em rede. No exercício, foram alcançados 212 programas de pós-graduação e concedidas 2.846 bolsas, sendo 184 de doutorado, 491 de mestrado, 977 para professores da educação básica, 175 coordenadores dos projetos e 1.019 para alunos de graduação que se envolvem com as pesquisas. Como produtos do Obeduc, contabilizam-se teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos científicos, publicações em periódicos e revistas, realização de seminários, simpósios... Impactos como o aprimoramento de políticas públicas municipais, projetos inovadores nas escolas e formação continuada de professores mostram a relevância educacional do Observatório da Educação e seu potencial de contribuir para elevar a qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB lançou o segundo edital do programa **Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life**, com o propósito de oferecer aos professores a oportunidade de uma formação com tecnologias, em uma ambiente que promova o diálogo interdisciplinar, a inovação didático-pedagógica e o domínio de equipamentos e das novas linguagens presentes na sociedade contemporânea. Com os editais 2012 e 2013,

implantaram-se 254 laboratórios em instituições públicas de formação de professores. No Nordeste estão 30% dos Lifes. Os demais distribuem-se da seguinte forma: 13% no Norte, 11% no Centro-Oeste, 20% no Sudeste e 20% no Sul.

No ano de 2013, estavam vigentes 101 projetos do programa **Novos Talentos**, dos quais 16 do Edital 2010 e 85 do Edital 2012. As instituições participantes desenvolveram subprojetos e atividades extracurriculares, aceitando o desafio de aproximar cursos de graduação e programas de pós-graduação, de professores e alunos da rede pública de educação básica, oferecendo cursos criativos, principalmente em períodos de férias e em ambientes inovadores. É uma visão de educação continuada que leva em conta o contexto e o compromisso com a qualidade da educação básica local.

O **Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência** busca fomentar a inovação, a criatividade e o desenho de currículos e projetos pedagógicos de formação que preparem professores para educar e educar-se junto a crianças e jovens de um mundo em permanente mudança. Em 2013 foi lançado edital que selecionou 66 novas instituições.

Na vertente da cooperação internacional para professores da educação básica, a DEB desenhou e implementa o **Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores,** uma proposta sólida de educação continuada que oferece aos professores da educação básica oportunidade de inserção em universidades e instituições de pesquisa de renome internacional. Algumas ações do programa são realizadas com a Diretoria de Relações Internacionais – DRI. No período 2010 a 2013, 2.119 professores participaram de cursos no exterior e o êxito educacional dessas missões incentiva a Capes a ampliar o programa em número de beneficiados e em áreas atendidas.

Nos **Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica**, a DEB investe em ações que incorporem metodologias e estratégias pedagógicas de caráter inovador, principalmente para professores e alunos da educação básica, em escolas e regiões de baixo IDEB e renda. O apoio à Rede Nacional de Educação e Ciência, às ações de formação decorrentes das Olimpíadas de Química e Matemática e a parceria com o CNPq para fomento a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e a Olimpíadas Científicas mostram o caráter plural e estratégico dessa linha de ação. O Programa Residência Docente no Colégio Pedro II é um exemplo de projeto inovador apoiado e seus resultados em 2012 e 2013 indicam ser oportuna a extensão da proposta a outras escolas de referência.

Em relação à parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Capes participa anualmente com dois terços dos recursos do edital de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e do edital de Apoio a Olimpíadas Científicas. No período 2010-2014 foram apoiadas 23 feiras e mostras de âmbito nacional, 99 na esfera estadual, 250 na municipal e 33 feiras itinerantes.

Merece registro o trabalho que se iniciou em 2011, em articulação com a DAV e a DED de incentivo aos mestrados profissionais para professores da educação básica que deve promover significativo crescimento da oferta dessa linha de cursos para professores da rede pública. Junto com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica – CTC-EB, a DEB apoia, na avaliação trienal dos cursos de pós-graduação, a pontuação e o reconhecimento do seu envolvimento com a educação básica. Na avaliação trienal de 2013, todas as áreas da pós-graduação iniciaram esse processo que deve valorizar a docência e a educação básica junto aos programas *stricto sensu.*

Em relação à execução orçamentária, a DEB vem consolidando seu trabalho com reflexos positivos no volume de recursos aplicados e nos percentuais dessa execução. Em 2009, foram aplicados R$ 44.811.805,00; em 2010, R$178.967.895,00; em 2011, R$ 283.190.184,00, em 2012 R$ 439.807.162,10 e R$ 500.798.764,92. Nos dois últimos anos, houve contingenciamento. A tendência precisa ser de aumento do montante de recursos orçamentários, considerando (a) o impacto da formação de professores na qualidade da educação; (b) a institucionalização dos programas nas instituições parceiras da DEB, (c) o

investimento na racionalização e na informatização dos procedimentos administrativos e no acompanhamento dos programas, (d) as adequações promovidas pelas Leis 11.502/2007 e 12.695/2013 e (e) as condições institucionais de maior experiência da equipe técnica.

A atual gestão da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB considera que, embora ainda haja muitos desafios a enfrentar, lançou, nesse período de 2009 a 2013, bases sólidas para concretizar a missão institucional da Capes no que se refere à formação de docentes para a educação básica e à valorização do magistério. Há que se destacar a visão sistêmica de educação do Presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães e seu compromisso com a nova missão da agência e, ainda, o empenho e a eficiência da equipe da DEB que movimenta um cotidiano exigente e plural, consciente da ética de ser um servidor público responsável por tão relevante área.

A DEB trabalha ciente da complexidade da educação, das exigências do presente e dos desafios do futuro, e segura de que a Capes será um diferencial no fomento a uma formação de alto padrão, contribuindo para construir um sistema nacional de educação de elevada qualidade.

Nas páginas a seguir, apresentam-se os programas com mais dados e informações.

Carmen Moreira de Castro Neves

Diretora da DEB

1. Introdução

A Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, modificou os termos da Lei nº. 8.405, de 09 de janeiro de 1992, ampliando as competências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e sua estrutura organizacional, para a agência assumir - além do suporte ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País – a indução e o fomento a ações de formação e valorização dos profissionais do magistério da educação básica pública. Para responder pelas novas atribuições, foram criadas duas diretorias: a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED.

Em 2012, dois novos instrumentos introduziram mudanças, com o propósito de adequar a estrutura da Capes a uma realidade que mostra um acentuado crescimento na demanda e no desenvolvimento de programas de formação de docentes e de internacionalização do ensino superior. Trata-se da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, artigo 15, e do Decreto 7.692, de 02 de março de 2012. O referido Decreto aprovou novo Estatuto da Capes e alterou a denominação da Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB.

Este Relatório refere-se à Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica cujas atribuições estão definidas no art. 24 do Estatuto da Capes, que estabelece:

> *Art. 24. À Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica compete:*
>
> *I - fomentar a articulação e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da educação básica e de educação superior, inclusive da pós-graduação, para a implementação da política nacional de formação de professores de Magistério da Educação Básica;*
>
> *II - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores da educação básica;*
>
> *III - apoiar a formação de professores da Educação Básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos inovadores, conteúdos curriculares e de material didático;*
>
> *IV - apoiar a formação de professores da Educação Básica mediante programas de estímulo ao ingresso na carreira do magistério; e*
>
> *V – fomentar o uso de tecnologias de informação e da comunicação nos processos de formação de professores da Educação Básica.*

Embasa, ainda, a atuação da DEB, o Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, em especial seus artigos 8º, 10 e 11. O Decreto institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada.

De acordo com o Decreto 7.692/2012, a DEB está assim estruturada:

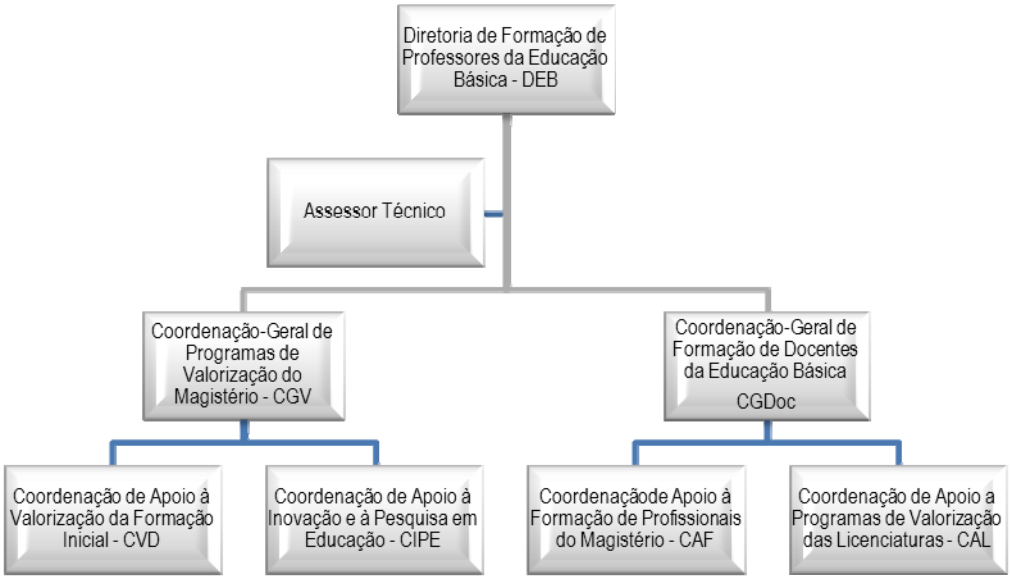

Figura 1: Estrutura da DEB

a. Os gestores da DEB

2007 Ao iniciar suas atividades, após o Decreto 6.316/2007, hoje revogado, a DEB teve como diretor o Prof. Dr. Dilvo Ristoff e como coordenadores-gerais os professores doutores Helena Freitas (CGDOC) e José André Angotti (CGC).

2009 Em fevereiro de 2009, assumiu a direção o Prof. Dr. João Carlos Teatini. Para as duas coordenações-gerais foram nomeadas a Professora Alba Rossi (CGDOC) e a Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Carmen Moreira de Castro Neves (CGC).

Estava, então, em processo inicial de desenvolvimento o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, com execução orçamentária por meio do FNDE. Com recursos da Secretaria de Educação Superior – SESu, era implementado o Edital 2008 do Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, e, com financiamento compartilhado entre INEP e Capes, os editais 2006 e 2008 do Observatório da Educação. No início de 2009, apenas o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid tinha recursos próprios da Capes, mas seus descritores no PPA e na LOA limitavam sua implementação e o programa ainda não se concretizara.

Na mudança de direção, em 2009, esses programas tiveram continuidade e a DEB trabalhou para estabelecer uma base orçamentária que lhe assegurasse autonomia na execução e na gestão dos programas e, ainda, ampliasse suas possibilidades de ação.

2011 Em 2011, o diretor Prof. Dr. João Carlos Teatini assumiu a Diretoria de Educação a Distância e a Profª Carmen Moreira de Castro Neves foi nomeada Diretora de Educação Básica Presencial. Com a mudança, passaram a responder pela CGDOC, a Profª Drª Izabel Lima Pessoa, analista de C&T da Capes, e pela CGV, o Prof. Dr. Hélder Eterno da Silveira, cedido à Capes pela Universidade Federal de Uberlândia.

A mudança do nome da DEB. Em 2012, o Decreto 7.692 alterou o nome da antiga Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB. Essa modificação evita confusões com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do MEC e revela de modo mais claro a missão desta Diretoria: promover a formação e valorização de professores da Educação Básica.

b. Princípios de trabalho

A DEB considera que a formação de professores da educação básica é um componente essencial para a universalização e a democratização da educação de qualidade, para o desenvolvimento humano e social do país e para seu crescimento inclusivo e sustentável. O cenário contemporâneo de alta complexidade impõe um sentido de urgência quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização docente e, na esfera de suas atribuições legais, a Capes, desde 2009 vem investindo de modo crescente na concretização dessas políticas.

Assim, o conjunto dos programas da DEB organiza-se em uma matriz educacional que articula três vertentes: busca pela excelência e pela equidade na formação dos professores brasileiros; integração entre programas de pós-graduação, cursos de formação de professores e escola básica; e produção e disseminação de conhecimento. Na base de cada ação da DEB está o compromisso da Capes de valorizar o magistério da educação básica, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 2. Matriz educacional da DEB

Para a diretoria, é na formação inicial do professor que começa a qualidade da educação. Os estudos, as pesquisas e as avaliações do ensino superior indicam a necessidade de reformulação das licenciaturas, inclusive com ações que permitam o redesenho dos currículos e a atualização dos professores que formam professores.

O incentivo à busca pela excelência na formação de professores em todo o país insere-se no compromisso da Capes de reduzir as assimetrias regionais e de zelar pela equidade como uma medida de igualdade de oportunidades e democracia plena. Dessa forma, os programas induzem uma formação que garanta o direito de aprender dos professores, com base em projetos pedagógicos que contemplem os seguintes princípios comuns:

a) conexão entre teoria e prática;

b) integração entre as escolas e as instituições formadoras;

c) equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e a ética que realça a responsabilidade social da profissão e

d) articulação entre ensino pesquisa e extensão.

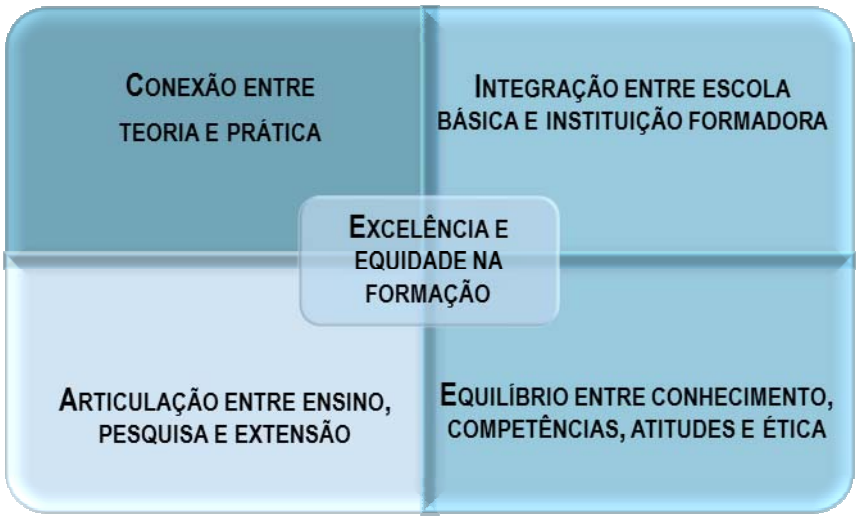

Figura 3. Princípios articuladores da formação de docentes

Esses princípios devem ser respeitados pelas IES que façam adesão aos editais. Todavia, eles não colocam uma camisa de força nos projetos institucionais, que devem ser elaborados e desenvolvidos com respeito às especificidades locais e regionais e em resposta às demandas e aos desafios dos sistemas de ensino e do mundo em mudança em que vivemos.

Nessa mesma linha pedagógica, a DEB concebe a formação continuada. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

O foco na educação básica e na atração de novos profissionais para a educação ratifica-se na promoção da formação *stricto sensu* associada à pesquisa. A ampliação do programa Observatório da Educação visa não somente formar mais doutores e mestres em temáticas da educação, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

O apoio à divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e facilitar o domínio das novas linguagens e tecnologias. A divulgação científica associada a programas de formação inicial e continuada, reforça uma política de valorização do magistério e mobiliza os jovens e a sociedade, comprometendo-os com a agenda da educação brasileira.

c. As linhas de ação da DEB

Com base na matriz e nos princípios, e considerando a complexidade da formação de docentes, a DEB organiza seus programas levando em conta diferentes momentos da formação: (1) a inicial; (2) a continuada e a extensão, (3) a formação comprometida com a pesquisa e (4) a divulgação científica. O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todos os demais.

A retroalimentação e a sinergia entre os programas e o fato de um programa poder ser enquadrado em mais de um momento, dependendo do enfoque adotado (conforme sugere a seta lateral à Figura 5), otimizam os resultados educacionais. O Pibid, por exemplo, é um programa de formação inicial para os alunos de licenciatura, mas para coordenadores e supervisores, pode adquirir o caráter de formação continuada e pesquisa.

Assim, os programas mantêm um eixo comum com base na matriz educacional e nos princípios de trabalho da DEB, em um processo intencional, articulado e capaz de se retroalimentar, gerando um movimento progressivo de aperfeiçoamento da formação docente e de valorização dos profissionais que nela atuam.

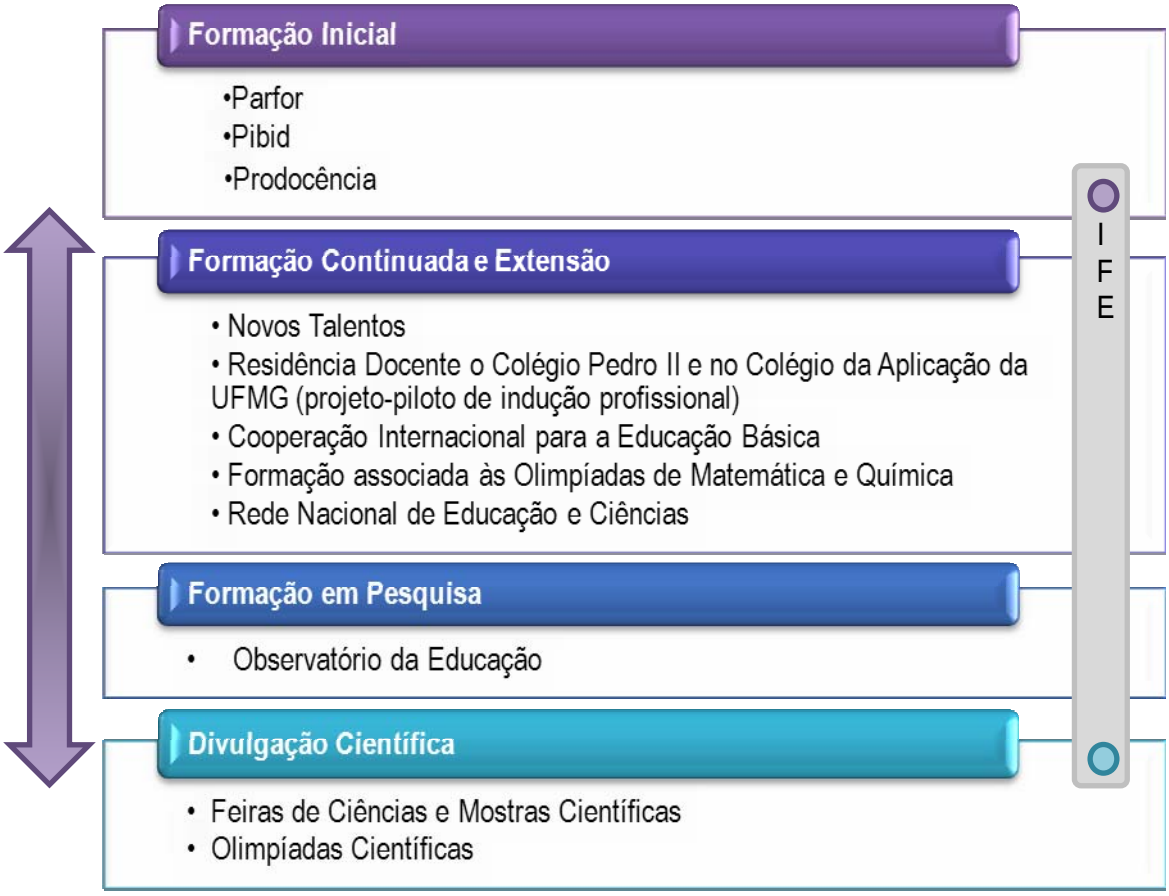

Figura 4. As linhas de ação da DEB

d. Modelo de Gestão

Os programas sob responsabilidade da DEB são desenvolvidos com base no respeito à autonomia das universidades e das redes de ensino; no diálogo com as instituições parceiras; na responsabilidade compartilhada entre os envolvidos; na abertura à inovação, a novas propostas e ao aperfeiçoamento dos processos; na disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido.

Destaque-se que o tradicional diálogo da Capes com as IES, as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa, no caso desta diretoria foi ampliado para alcançar o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime.

Uma ação pouco visível da diretoria, mas intensa nos primeiros anos da educação básica na Capes, foi disseminar a ideia da necessidade do pensamento sistêmico sobre a educação nacional e de que a educação básica – e nela, a formação de professores – impacta em todos os setores do desenvolvimento humano e econômico do Brasil. Assim, todas as áreas da pós-graduação têm ações que se correlacionam com a educação básica e a consciência dessa intersecção pode alavancar as melhorias de que a sociedade brasileira precisa. O planejamento estratégico da Capes, as mudanças na sua legislação após 2007 e o crescimento do orçamento para a área foram decorrentes dessa busca pela institucionalização da educação básica na Capes e na comunidade acadêmica e científica como um todo.

A Capes consolidou seu nome ao investir na indução, no fomento e na avaliação. Nos primeiros anos, a DEB privilegiou a indução e o fomento, mostrando à comunidade acadêmica e gestora da educação básica seu potencial de ação. A plataforma *on line* que divulgará e compartilhará a produção decorrente dos programas, por motivos alheios à diretoria, ainda não pode ser concretizada, mas a partir de 2012, iniciou-se um movimento de avaliação externa dos programas que passará a ser rotina no cotidiano da DEB.

Figura 5. Ciclo de ação da Capes

A diretoria trabalha principalmente com editais. Posto que há limite orçamentário, a seleção por meio de editais confere transparência e publicidade aos investimentos feitos e reconhece o mérito das propostas elaboradas pelas instituições, tornando-se um modo de operar democrático. Comissões *ad hoc*, formadas por especialistas em áreas afins e nomeadas por portaria, garantem que o processo seletivo seja feito de maneira idônea.

A periodicidade no lançamento dos editais dos programas e o incentivo à construção de redes colaborativas e de propostas interdisciplinares permitem que as instituições de educação superior aperfeiçoem o desenho de novas propostas de investigação e de trabalho, gerando uma dinâmica de aprimoramento recíproco e contínuo, com impactos positivos na educação brasileira. Os Projetos Especiais representam uma exceção no uso de editais por seu caráter diferenciado e, via-de-regra, por se caracterizarem como projetos-piloto que, uma vez avaliados, podem se transformar em editais que estendam a proposta a novas instituições.

e. Vinculação da DEB com o Planejamento Estratégico da Capes e com o PNPG

No marco legal da ampliação de sua missão, em 2010 a Capes elaborou um Planejamento Estratégico que serviu de referência às ações da DEB.

Já no estabelecimento da **missão** da Capes, percebe-se o papel da diretoria: "*Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica (grifo nosso) e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.*"

A valorização e o olhar sistêmico sobre o papel da educação, da ciência e da tecnologia no país estão presentes na **visão**: "*Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora*."

Os objetivos identificados no Mapa Estratégico da Capes, decorrentes do Planejamento, são:

1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;
2. Promover a inovação e desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;
3. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;
4. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;
5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento do País.

Do ponto de vista da educação básica, a Capes comprometeu-se a:

1. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;
2. Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;
3. Ampliar a cooperação internacional na área de formação de professores e profissionais da educação básica;
4. Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a educação básica
5. Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público.

Observa-se claramente a vinculação da DEB a todos os pontos elencados no Planejamento Estratégico da Capes e essa vinculação não acontece por acaso: a diretoria participou ativamente da elaboração desse documento que foi o primeiro a formalizar a inserção da formação de professores da educação básica no âmbito da atuação da agência, após a mudança da lei.

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 dedicou um capítulo à Educação Básica e trouxe um conjunto de recomendações à DEB:

- Ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica, nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação e o Observatório da Educação Escolar Indígena.
- Ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino, em especial no que se refere às ações do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica- PARFOR;
- Ampliação dos editais destinados à valorização e à formação dos profissionais do magistério da educação básica, como PIBID, PARFOR, Prodocência, Novos Talentos, entre outros.
- Estímulo ao desenvolvimento de estudos visando à formatação do ensino de ciências na Educação Básica, instrumento fundamental para a construção da cidadania.

Em agosto de 2013, diante da Comissão de Acompanhamento do PNPG, a DEB combinou cada recomendação com as ações em andamento. As informações apresentadas nos próximos capítulos deste Relatório mostrarão que a diretoria atendeu a todas as recomendações propostas, em números e qualidade de seus programas.

Assim, as ações induzidas, fomentadas e desenvolvidas pela DEB guardam estreita relação com as leis que amparam a ação da Capes, com seu Planejamento Estratégico e com o Plano Nacional de Pós-Graduação que dedica um capítulo especial à educação básica.

f. Instituições e parcerias da DEB

Em 2013, a DEB alcançou o número de 311 instituições parceiras, somados todos os programas sob responsabilidade da Diretoria. Algumas participam de todos; outras, todavia, como é o caso das privadas, não podem concorrer, ainda, a todos os programas, por força de limites nos editais. Ver IES no **ANEXO I** – IES Participantes de Programas da DEB.

Das 311 IES parceiras, 102 são federais, 41 estaduais, 18 municipais e 150 são comunitárias ou privadas.

Na região Norte, há um total de 28 IES; na Nordeste, 61; na região Centro-Oeste, 23; na Sudeste, 131 e na Sul, 68. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul.

Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em 7 estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 84% e na Sul, 85%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas, em especial devido à inclusão dos bolsistas Prouni no Pibid: 64%, contra 36% de públicas. Os maior volume de recursos, todavia, é destinado às públicas.

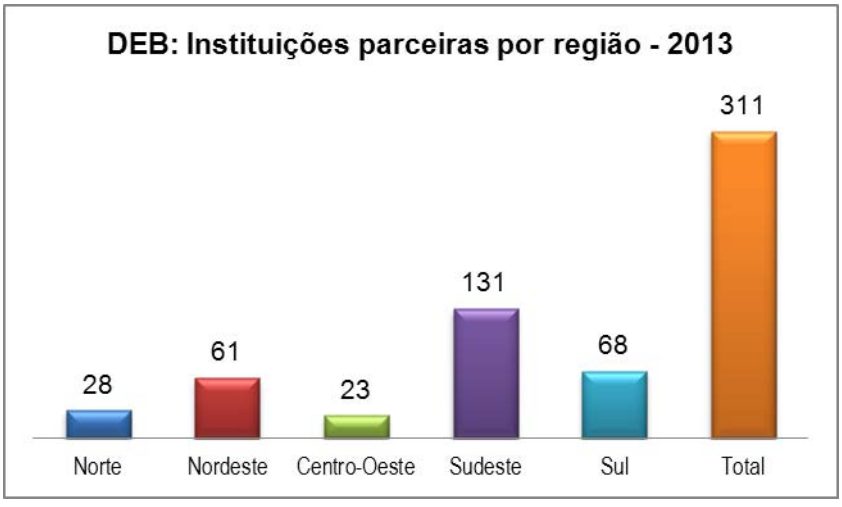

Gráfico 1. DEB: IES parceiras por região, 2013

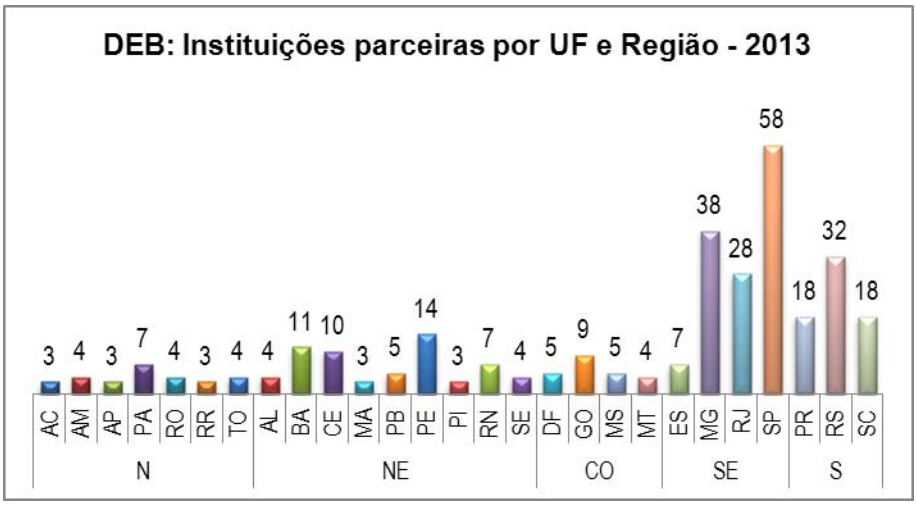

Gráfico 2. Distribuição das IES parceiras por região e estados, 2013

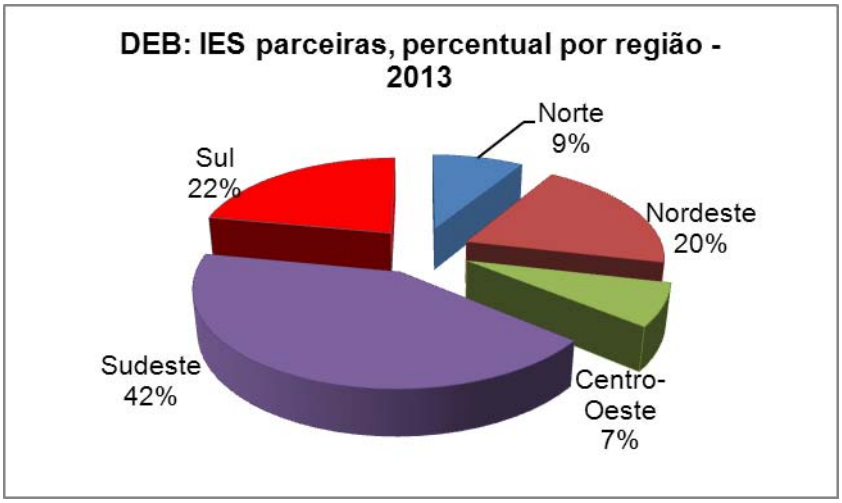

Gráfico 3. IES parceiras, distribuição percentual por região, 2013

Gráfico 4. IES parceiras - total, todos os programas, por dependência administrativa, 2013

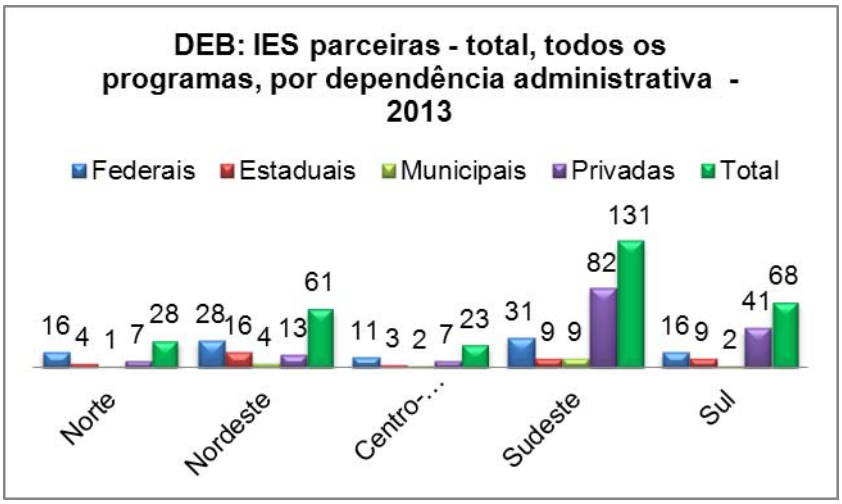

Gráfico 5. DEB: IES parceiras, todos os programas, 2013

A Tabela discriminando as informações anteriores está a seguir:

Tabela 1. DEB: Distribuição das IES parcerias por estado, região e esfera administrativa, 2013

Região	UF	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas
N	AC	3	2	0	0	1
	AM	4	2	1	0	1
	AP	3	2	1	0	0
	PA	7	4	1	0	2
	RO	4	2	0	0	2
	RR	3	2	1	0	0
	TO	4	2	0	1	1
NE	AL	4	2	2	0	0
	BA	12	6	4	0	1
	CE	10	4	3	0	3
	MA	3	2	1	0	0
	PB	5	3	1	0	1
	PE	15	4	1	4	5
	PI	3	2	1	0	0
	RN	7	3	3	0	1
	SE	4	2	0	0	2
CO	DF	5	3	0	0	2
	GO	9	3	1	2	3
	MS	5	3	1	0	1
	MT	4	2	1	0	1
SE	ES	7	2	0	1	4
	MG	38	17	2	0	19
	RJ	28	8	4	0	16
	SP	62	4	3	8	43
S	PR	20	4	7	0	7
	RS	25	8	1	0	23
	SC	25	4	1	2	11
Total		311	102	41	18	150

As 311 IES parceiras podem ter vários grupos envolvidos com os diferentes programas[2]. No caso do Observatório da Educação, por exemplo, em uma mesma IES, podem participar vários programas de pós-graduação (ver capítulo V, sobre o Observatório da Educação).

Nos gráficos e tabelas a seguir, apresenta-se a quantidade de parcerias, por programa e sua distribuição por região. A soma alcança 1.032 parcerias, ampliando a capilaridade dos programas e abrindo espaços para importantes ações de sinergia de atividades formativas. O detalhamento dos números será encontrado nos capítulos sobre cada um dos programas.

Gráfico 6. Nº de parcerias por programas, 2013

Gráfico 7. Distribuição das parcerias, por região, 2013

[2] Optou-se por utilizar o termo "parcerias", considerando que uma mesma instituição pode abrigar mais de um projeto educacional ou de pesquisa gerenciados pela DEB/CAPES. Isso ocorre nos programas: Observatório da Educação (94 instituições abrigando 240 grupos de pesquisa), Life (105 instituições abrigando 126 projetos de implementação de laboratórios interdisciplinares), Prodocência (88 instituições abrigando 115 projetos de melhoramento das licenciatura), Novos Talentos (61 instituições abrigando 101 projetos de apoio à educação básica) e Projetos Especiais (34 instituições abrigando 37 parcerias). Nos casos do Parfor, do Pibid e do Pibid Diversidade, o número bruto apresentado no gráfico 6 equivale ao número de instituições participantes, bem como ao número de projetos institucionais. No total, 311 instituições abrigam 1.032 diferentes parcerias, conforme Anexo I deste relatório.

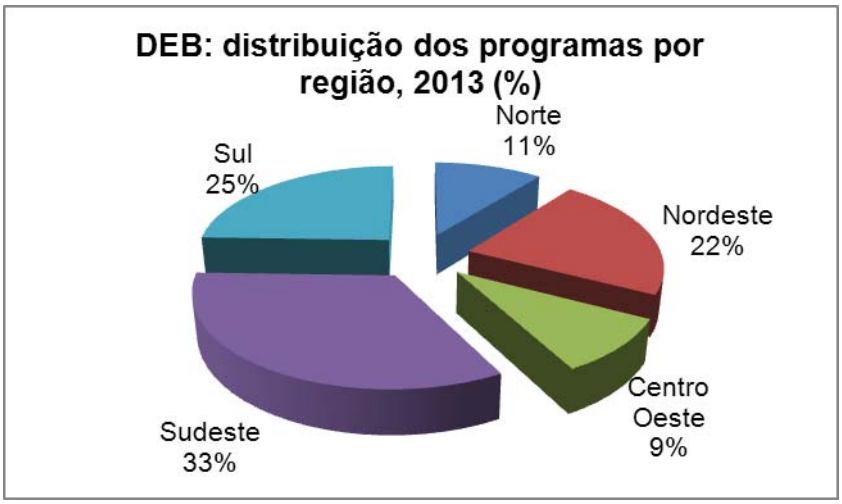

Gráfico 8. Distribuição percentual dos programas, 2013, por região

Tabela 2. DEB: IES participantes e parcerias, por UF e região, 2013

DEB 2013		IES	Programas/Parcerias
N	AC	3	5
	AM	4	17
	AP	3	9
	PA	7	42
	RO	4	9
	RR	3	14
	TO	4	14
NE	AL	4	16
	BA	11	54
	CE	10	30
	MA	3	12
	PB	5	23
	PE	14	34
	PI	3	16
	RN	7	28
	SE	4	14
CO	DF	5	22
	GO	9	25
	MS	5	26
	MT	4	25
SE	ES	7	13
	MG	38	101
	RJ	28	79
	SP	58	151
S	PR	18	73
	RS	32	110
	SC	18	70
Total		311	1.032

Tabela 3. DEB: Distribuição de parcerias por programa e por região, 2013

	Parfor	Pibid	Pibid Diversidade	Observatório da Educação	Prodocência	Novos Talentos	LIFE	Projetos Especiais	Total
N	16	28	5	19	15	9	14	5	110
NE	26	56	12	33	34	19	35	12	227
CO	5	21	5	24	12	16	11	4	98
SE	23	115	3	96	28	31	39	10	344
S	26	66	7	68	26	27	27	6	253
Total	96	285	32	240	115	101	126	37	1.032

g. A DEB no Sistema de Disseminação de Informações (SDI), da Capes

O crescimento da DEB no período 2009-2013 pode ser atestado nos números apresentados neste Relatório e nos relatórios extraídos do Sistema de Disseminação de Informações – SDI da Capes.

Com base no SDI, em 2013 o Pibid foi o segundo maior programa de bolsas da Capes. O Parfor e o Observatório da Educação aparecem entre os 12 maiores, conforme extrato abaixo. Para uma diretoria nova, trata-se de um resultado a ser considerado do ponto de vista de potencial de impacto de mudança na formação de professores.

Tabela 4. Principais programas Capes e da DEB (bolsas/ano) em 2013

Programa	Bolsistas
PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL	67.639
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCENCIA - Pibid	62.070
UAB	35.942
CSF GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	14.149
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Parfor	13.683
PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA	11.156
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2013	10.109
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS IES	8.012
PROGRAMA DE SUPORTE À PÓS-GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES (MÓDULO TAXAS)	6.316
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2012	4.397
OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO - Obeduc	3.319
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA	3.302

Fonte: SDI/Capes

Ao conceder bolsas nos programas que fomenta, a DEB estabelece uma cota fixa por IES. No entanto, pode haver rotatividade de bolsistas. Exemplificando: se um coordenador de área do Pibid afasta-se da universidade para um pós-doutorado, a bolsa que era ocupada por ele deve ser concedida a outro coordenador. O mesmo acontece quando um licenciando do Pibid completa o curso: sua bolsa é repassada a outro licenciando.

Portanto, se considerarmos a rotatividade de bolsistas ao longo de um ano, teremos números superiores às concessões feitas. Isso, porém, não significa superposição ou duplo pagamento, mas diferentes CPFs que passaram pelos programas, em diferentes períodos de tempo.

Por programa, segundo o SDI, é a seguinte a evolução de bolsas pagas, por CPF:

Tabela 5. DEB: evolução de bolsistas por CPF, 2009-2013

Programa	Quantidade de Bolsistas por CPF				
	2009	2010	2011	2012	2013
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid	3.544	18.166	32.188	57.252	62.070
Programa Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor	*	*	8.047	13.016	13.912
Observatório da Educação - Obeduc			1.540	1.785	3.319
Programa Nacional Olimpíadas de Química			292	340	429
Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas					579
Residência Docente no Colégio Pedro II				90	230
Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Inglesa nos EUA				534	1.075
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Portuguesa e Ciências em Portugal					168
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Francesa na França					31
Programa de Integração da Ciência - Pontos de CTI-EB					124
Programa Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica		23	34	11	11
Total	3.544	18.189	42.101	73.028	81.948

* O Parfor era pago pelo FNDE.

Fonte: SDI/Capes

h. Processos de trabalho da DEB

As inúmeras atividades decorrentes da implementação e da gestão dos programas envolvem a equipe da DEB em um fluxo contínuo de ações que demandam ritmo intenso de trabalho e englobam vários processos, como mostra, de modo sucinto, a ilustração a seguir.

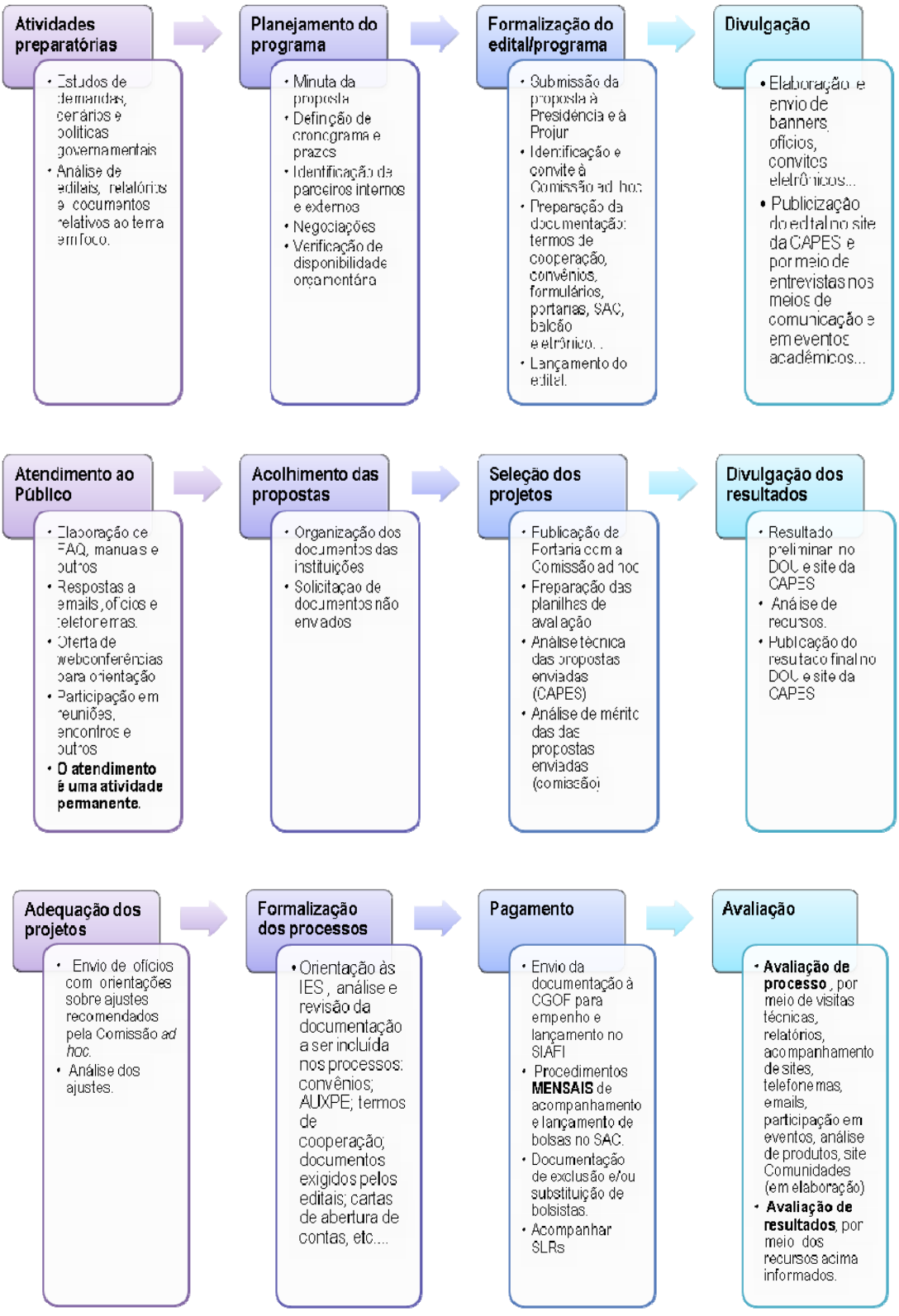

Figura 6. Processos de trabalho da DEB

Nas próximas páginas, são apresentados os programas desenvolvidos pela DEB, no período 2009 a 2013, para preservar a memória dos cinco primeiros anos da educação básica na CAPES.

2. Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life

O Programa Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life foi lançado no segundo semestre de 2012.

A implantação do Programa atende à necessidade de ampliar o acesso dos cursos de formação docente aos modernos recursos tecnológicos e de inovação educacional. Tal necessidade é oriunda do contexto de desafios e possibilidades oriundos do desenvolvimento cada vez mais acelerado da tecnologia e das complexas mudanças dele advindas e que impõe às instituições formadoras a inserção de estratégias pedagógicas que garantam a formação digital dos professores, independentemente da área de conhecimento em que atuem. É como afirma Faraco (apud SEED/PR:2010)

> "A sociedade e a cultura atuais estão construindo novas tradições discursivas e desenvolvendo novas lógicas cognitivas a partir do cruzamento de linguagens e suportes que a tecnologia permite. Sem perder os ganhos do grande ciclo do livro, passamos a dispor de outros muitos caminhos para a informação e para o conhecimento. Temos de aprender a conciliar isso tudo. Temos de aprender a transitar neste mundo infinito e sem limites. Temos de aprender a desenvolver nossas capacidades críticas e produtivas neste meio. Alcançar estas metas no Brasil, porém, não é tarefa fácil, considerando que entramos na era da imagem e do meio virtual multimidiático e hipertextual sem ter sequer universalizado o domínio do alfabeto e sem ter democratizado o acesso à mídia impressa. Ou seja, as mudanças tecnológicas e culturais nos alcançaram sem que tivéssemos consolidado razoavelmente a cultura do livro e da linguagem escrita. Estamos ainda, portanto, desafiados a formular e concretizar um projeto político-pedagógico capaz de vencer este atraso ao mesmo tempo que responde às novas realidades e demandas postas pelas tecnologias da informação e da comunicação, investindo no letramento dos professores já em exercício, reestruturando a formação geral dos novos e repensando as práticas escolares."

Portanto, é com esse intuito de investir na formação digital e interdisciplinar de professores que a Capes decidiu fomentar a criação de laboratórios interdisciplinares de formação de educadores.

A ação induz a criação de espaços de uso comum das licenciaturas nas dependências de Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES destinados a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas; a elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; o uso de tecnologias e inovação educacionais e a articulação entre os programas da Capes relacionados à Educação Básica.

Os projetos selecionados recebem recursos de capital para a aquisição de bens para os Lifes. Os projetos podem abranger a criação e/ou reestruturação de laboratórios nas IPES, para proporcionar o atendimento das necessidades de formação de diferentes cursos de licenciaturas, que desejem investir numa formação docente de qualidade e tecnologicamente atualizada.

O Life visa contribuir para elevar a capacidade de inovação e de criatividade nas licenciaturas por meio do fomento à aquisição de tecnologias educacionais que promovam o diálogo interdisciplinar e entre os programas institucionais de formação docente.

2.1. Princípios pedagógicos e objetivos dos Lifes

Os princípios norteadores dos Lifes estão alinhados com as teorias que discutem atualmente a complexidade da formação de docentes e são apresentados a seguir:

a) Interdisciplinaridade como fundamento do processo de formação docente e do ensino-aprendizagem;

b) Necessidade de reconfiguração do trabalho docente a partir de um conceito de alfabetização digital que envolve:

   i. a capacidade de buscar e trabalhar com informações que estão distribuídas em inúmeros suportes (livros, revistas, internet, TV e outros);

   ii. o domínio no uso de mídias e suas linguagens;

   iii. a possibilidade de organizar ambientes de aprendizagem tecnologicamente motivadores;

   iv. a competência de produzir conhecimento e desenvolver metodologias e práticas de ensino e aprendizagem em diferentes mídias e linguagens;

   v. a capacidade de analisar criticamente as questões éticas decorrentes do uso da Internet;

c) Oferta de formação docente baseada na pesquisa, no ensino e na extensão;

d) Elevação da qualidade dos cursos de licenciatura.

Com base nesses princípios, o LIFE tem como objetivos:

a) Proporcionar formação de caráter interdisciplinar a estudantes de licenciatura;

b) Estimular a articulação entre conhecimentos, práticas e tecnologias educacionais em diferentes cursos de licenciatura;

c) Promover o domínio e o uso das novas linguagens e tecnologias da informação e da comunicação nos cursos de formação de docentes;

d) Permitir o aprendizado, a socialização e o desenvolvimento coletivo de práticas e metodologias, considerando o conhecimento de diferentes disciplinas;

e) Ampliar as oportunidades de criação de espaço que estimule e propicie o desenvolvimento de pesquisa e investigações sobre a atividade docente;

f) Promover a criação de espaço para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que envolvam os alunos das escolas públicas de educação básica, os licenciandos e os professores dos programas de formação da IES, impulsionando atitudes autônomas de formação;

g) Promover a valorização dos cursos de licenciatura e de Pedagogia.

A análise e a seleção das propostas apresentadas no Life foram realizadas por uma comissão de especialistas de diferentes áreas do conhecimento e com atuação na área de tecnologias educacionais.

2.2. Referências legais

- Portaria nº 104, de 13 de julho de 2012 – Dispõe sobre o Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life, no âmbito da Capes;

- Edital nº 35/2012, de 16 de julho de 2012 – Chamada para participação no Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life, no âmbito da Capes;
- Portaria nº 028, de 27 de janeiro de 2010. Regulamento da Concessão do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE.
- Edital nº 67/2013, de 23 de setembro de 2013 - Chamada para participação no Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life, no âmbito da Capes.

2.3. Participantes

Podem participar do Programa as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) que ofertem, no mínimo, dois cursos de Licenciatura em diferentes disciplinas/áreas de formação docente para a Educação Básica e participem de pelo menos um dos seguintes Programas de Educação Básica da Capes: Parfor, Pibid, Prodocência, Obeduc, Novos Talentos, Projetos Especiais e Licenciaturas e Mestrados Profissionais em Rede apoiados pela Universidade Aberta do Brasil - UAB.

A relação de IES que tiveram projetos aprovados em 2012 e em 2013 está disponível no endereço eletrônico: http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-de-apoio-a-laboratorios-interdisciplinares-de-formacao-de-educadores-life e no **ANEXO VII** deste Relatório.

2.4. Financiamento

Em 2012, os recursos concedidos no âmbito do Life destinavam-se, exclusivamente, à aquisição de equipamentos para os laboratórios e foram repassados na modalidade de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa – AUXPE. O repasse de recursos de capital para a aquisição de equipamentos visa potencializar a ação, a articulação entre os programas de formação da Capes e a interdisciplinaridade na formação docente. A estratégia é sinalizar às IPES e à sociedade brasileira que a formação de professores deve integrar as tecnologias educacionais e a vivência em laboratórios no percurso formativo dos discentes dos cursos de licenciatura.

O orçamento foi consignado na ação 20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, funcionários e gestores para educação básica.

Cada IPES pôde submeter um projeto institucional de criação de laboratórios Interdisciplinares ou reestruturação de espaços já existentes para atender à formação de educadores. O valor máximo repassado por projeto foi de R$ 200.000,00.

O montante de recursos utilizado para apoiar os 74 projetos selecionados foi de R$ 14.303.052,25 (quatorze milhões, trezentos e três mil e cinquenta e dois reais e vinte cinco centavos).

Em 2013, atendendo à uma demanda das IPES, além do capital, o Life passou a conceder também recursos de custeio com a finalidade de viabilizar o funcionamento e a manutenção dos laboratórios.

Conforme o Edital 2013, cada IPES pôde submeter um projeto institucional de criação de laboratórios no valor máximo de R$ 480.000,00. Deste valor, R$ 400.000,00 devem ser investidos em capital e R$ 80.000,00 em custeio.

No período 2012-2013, foram investidos no Life R$ 14.314.025,20 (quatorze milhões, trezentos e quatorze mil e vinte e cinco reais e vinte centavos).

2.5. Resultados consolidados dos editais 35/2012 e 67/2013

Neste item, a DEB apresenta os dados consolidados dos editais lançados em 2012 e 2013, uma vez que os projetos estão em andamento. Com isso, pode-se ter uma perspectiva da distribuição e do potencial de impacto dos laboratórios financiados pelo Life. Nos itens subsequentes, apresentam-se os números por edital, para resguardar a memória do programa na Capes.

Com o lançamento do Edital 2013, atualmente há 105 instituições participantes, abrigando 126 projetos. Com essa participação, o Life ampliou o número de laboratórios de 186 para 254. Desse total 29,53% dos laboratórios estão localizados na Região Nordeste; 25,98% na Sudestes, 20,47% na Sul; 13,39% na Norte e 10,63% na Centro Oeste.

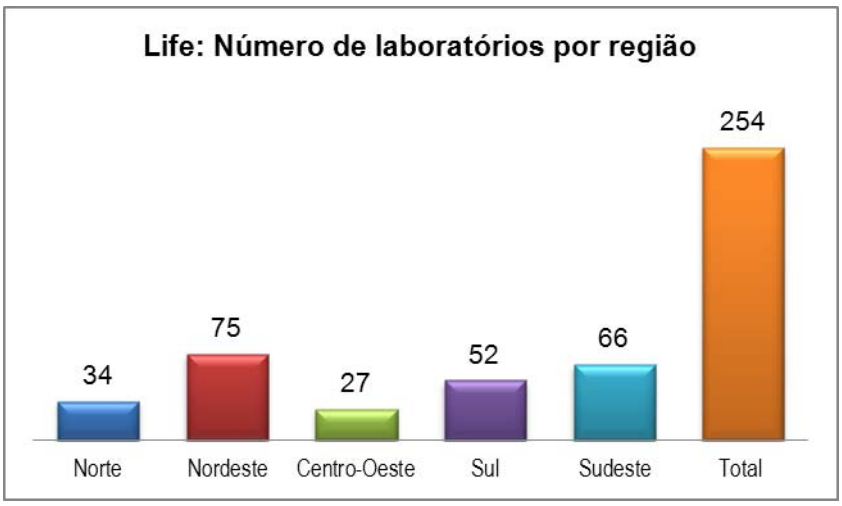

Gráfico 9. Life: número de laboratórios por região, 2012 e 2013

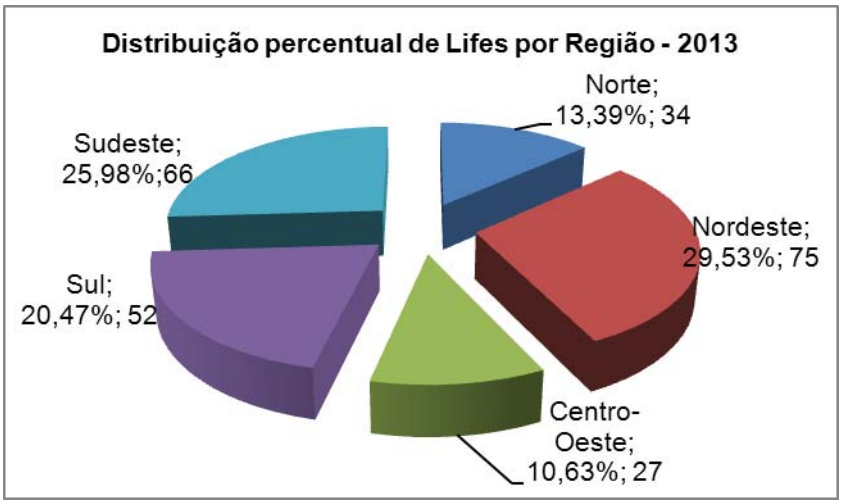

Gráfico 10. Life: percentual de laboratórios por região, 2012 e 2013

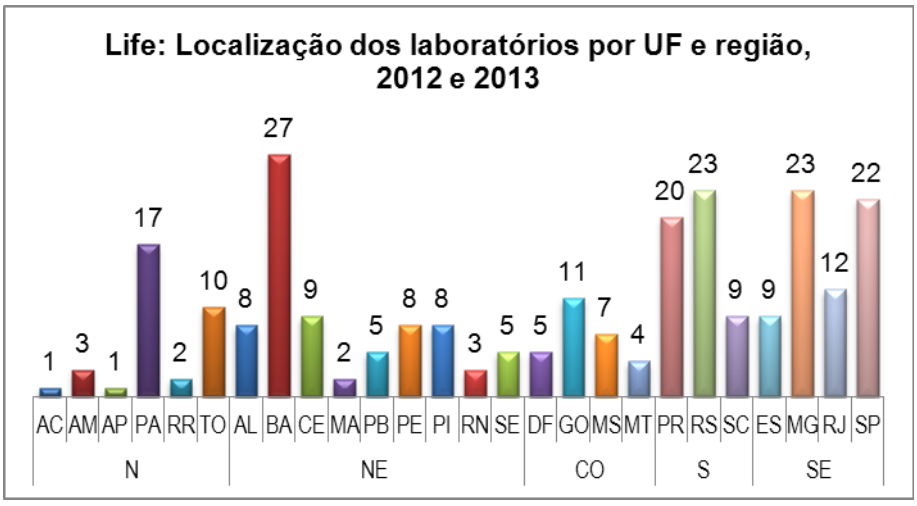

Gráfico 11. Localização dos laboratórios por UF e região, 2012 e 2013

Quanto à distribuição por esfera administrativa, as IPES federal lideram o ranking com 169 (66,54%) laboratórios, as estaduais com 73 (28,74%) e as municipais com 12 (4,72%).

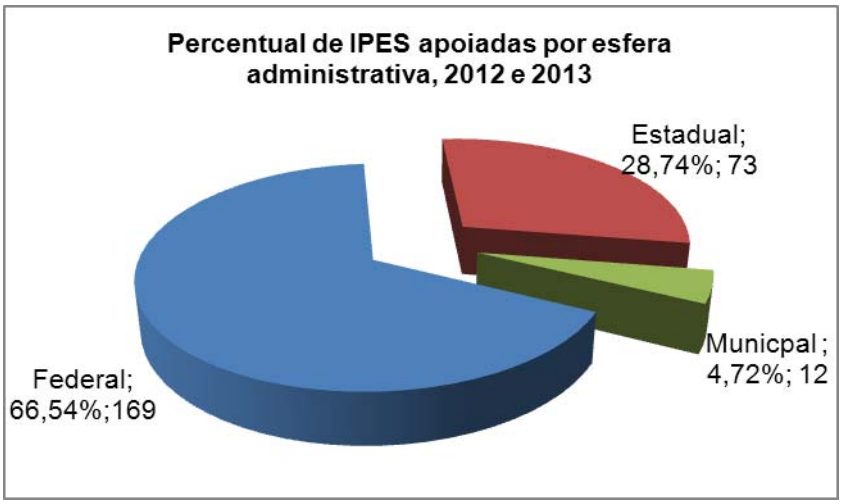

Gráfico 12. Life: percentual de IPES apoiadas, por esfera administrativa, 2012 e 2013

Para ampliar a infraestrutura dos laboratórios e a interatividade entre os programas, a Capes estabeleceu parcerias que viabilizaram o desenvolvimento de atividades e projetos entre IES no âmbito do MEC e da própria Capes. Assim, em 2013, por meio de uma parceria com o INEP, foi doado a todos os laboratórios o Catálogo *Raisonné*, uma publicação composta de cinco volumes, contendo a obra completa de Candido Portinari.

Figuras 7. Coleção Cândido Portinari

Também nesse ano, foram enviados aos participantes do Life, um Kit de Ciências desenvolvido pela USP nas áreas de Biologia, Física, Química, Astronomia e Matemática, no âmbito do projeto especial “Aventuras na Ciência”, apoiado pela Capes. Esse material foi encaminhado com a finalidade de realizar o teste de conceito proposto pela USP. Participaram do teste os coordenadores e o público usuário dos Laboratórios.

Figuras 8. Imagens de kits do projeto "Aventuras na Ciência"

Figuras 9. Laboratórios na UFRB e no IF Goiano

2.5.1. Resultados do Edital nº 35/ 2012

A apresentação de projetos ao primeiro edital foi expressiva, especialmente considerando que o seu lançamento ocorreu no período de greve nas instituições. Um total de 103 IPES submeteram projetos institucionais, dos quais 74 foram selecionados pela Comissão de Seleção especialmente designada para tal fim. Os projetos institucionais aprovados envolveram 186 subprojetos, sendo 161 destinados à criação de laboratórios e 25 à reestruturação.

Tabela 6. Life: Números do Edital 35/2012

Life – Edital 2012	
Propostas recebidas	103
Projetos aprovados	74
Subprojetos envolvidos	186
• Projetos de criação de Lifes	161
• Projetos de reestruturação de Laboratórios	25

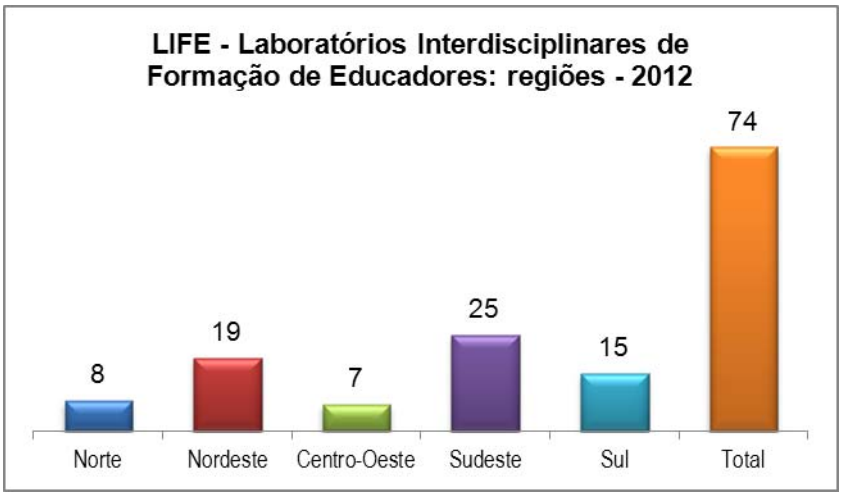

Gráfico 13. Life: distribuição por regiões, 2012

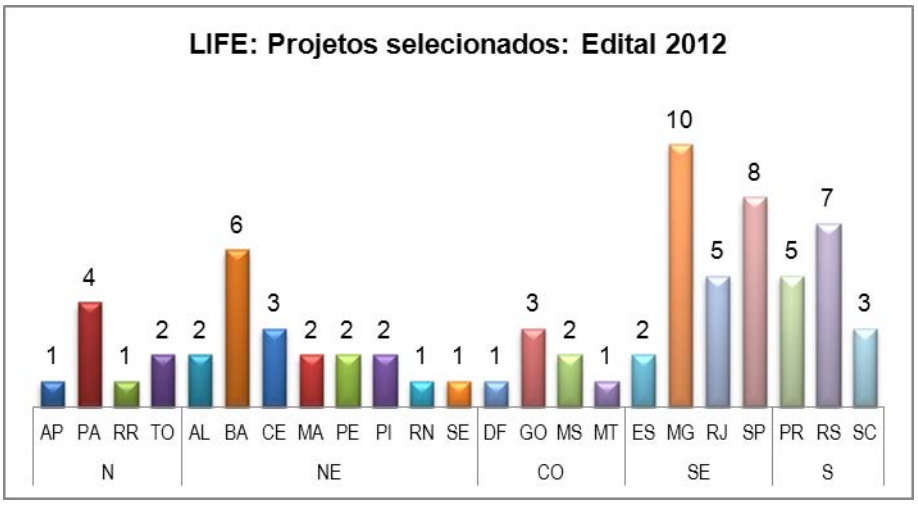

Gráfico 14. Life: número de projetos selecionados, por estado e região, 2012

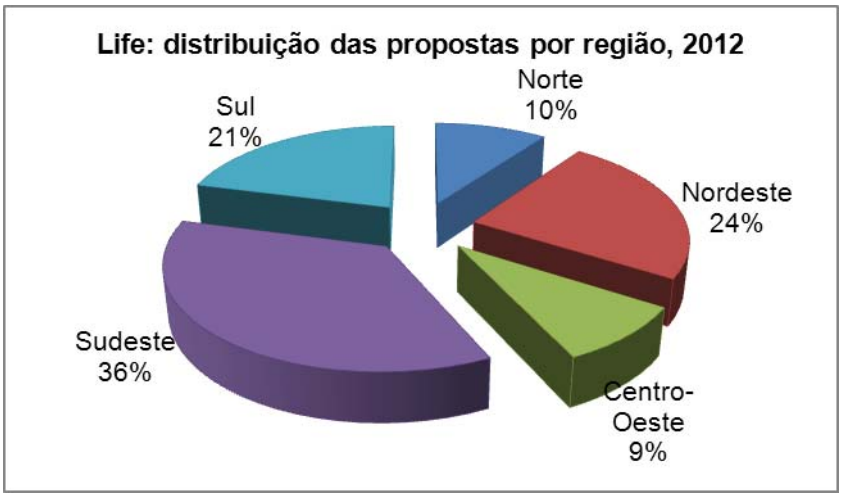

Gráfico 15. Life: percentual de distribuição dos projetos, por região, 2012

Gráfico 16. Life: esfera administrativa das IES selecionadas, 2012

2.5.2. Resultados do Edital 67/2013

O ano de 2013 foi marcado por dificuldades na obtenção de recursos de capital e custeio. Com isso, a DEB somente conseguiu destinar o montante de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), da ação 20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, funcionários e gestores para educação básica, para o Programa, que foram distribuídos da seguinte forma:

a) 80% destinados às despesas de capital;

b) 20% às despesas de custeio.

Além disso, os recursos somente foram disponibilizados no início de agosto, deixando pouco tempo de prazo para a submissão, análise e empenho dos projetos. Isso implicou menos tempo para as IPES realizarem a articulação necessária para elaboração dos projetos.

Mesmo assim, o Edital 67/2013 acolheu um total de 73 propostas. As propostas foram analisadas por Comissão *ad hoc,* que aprovou 52 projetos. Os 20 primeiros projetos institucionais aprovados foram financiados com os recursos disponibilizados para o Programa em 2013. Ficaram em lista de espera 32 projetos, cujo financiamento encontra-se em negociação para 2014.

Os 52 projetos aprovados apresentaram subprojetos que contemplarão a criação de 68 novos laboratórios de formação de educadores.

Tabela 7. Números do Edital 67/2013

Life – Edital 2013	
Propostas recebidas	73
Projetos aprovados	52
Total de novos laboratórios criados	**68**

Fonte: Capes

Do total de projetos aprovados, 31 foram apresentados por IPES ainda não participantes do Programa. Essas IPES implantarão 39 novos laboratórios. Por sua vez, as 21 IPES que já participam do Programa receberão recursos para a criação de 29 novos laboratórios.

Tabela 8. Números Edital 67/2013

Situação das IES no Programa	Nº	Novos Laboratórios
Nova	31	39
Já participante	21	29
Totais	**52**	**68**

Fonte: Capes

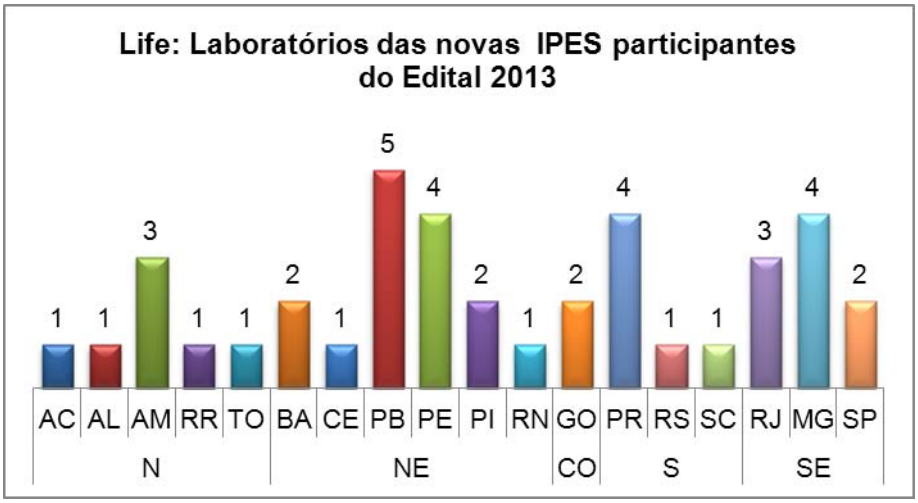

Gráfico 17 . Número de novas IPES participantes de Life em 2013

2.6. Perspectivas para 2014

Com o intuito de aprimorar as ações do Life em 2014, a Diretoria pretende implantar as seguintes ações:

- Realizar visitas técnicas com o intuito de acompanhamento e análise *in loco* dos projetos aprovados;
- Realizar, no segundo semestre, o I Encontro Nacional do Life;
- Negociar curso de aperfeiçoamento no exterior, estendendo a cooperação internacional aos coordenadores de Life;
- Articular a liberação de um montante de recursos no orçamento de 2015, que permita dobrar o número de laboratórios e ampliar a capacidade instalada dos laboratórios já existentes;
- Levantar informações sobre sites, publicações e documentos existentes para contribuir com os coordenadores de Life em suas ações de capacitação;
- Negociar com o FNDE a distribuição aos Lifes dos equipamentos que o órgão envia à rede pública, permitindo às instituições formadoras o uso dessas tecnologias nos processos de formação de docentes, de modo que, ao chegarem às escolas, os professores saibam trabalhar com os recursos disponíveis.

3. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos

Há um conjunto de programas em que a DEB atua não como gestora nem protagonista, mas como apoiadora ou parceira de outras diretorias da Capes ou outros órgão do MEC, sempre que demandado. Na sequência, apresentam-se algumas dessas parcerias.

3.1. Programa de Apoio a Eventos no País – Paep

O Programa de Apoio a Eventos no País – Paep está sob responsabilidade da Diretoria de Bolsas no País – DPB e visa impulsionar a realização de eventos científicos, tecnológicos e culturais de curta duração, de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional, por meio da concessão de auxílio financeiro às comissões organizadoras.

Na origem, o programa era voltado apenas a eventos de pós-graduação. A partir de 2010, o edital passou a contemplar também instituições que trabalham com formação de docentes da educação básica.

Importa ressaltar a sinergia do Paep com outros programas da DEB, em especial, Pibid e Observatório da Educação. O crescimento do Pibid, por exemplo, tem gerado seminários de âmbito estadual, regional e nacional ou grandes eventos que unem áreas de conhecimento, com o apoio do Paep.

Já no primeiro ano de acolhimento de propostas de educação básica, a demanda por eventos relacionados à educação básica surpreendeu. Em 2010 foram homologadas 76 propostas com estimativa de público de 143.488 pessoas; em 2011, foram acolhidos 122 pedidos, com alcance potencial de 162.620 pessoas; em 2012, 133 eventos foram recomendados e em 2013, 224.

3.2. Britannica on line

Em colaboração com a Coordenação-Geral do Portal de Periódicos, a DEB articulou o projeto *Britannica on line*, um portal para crianças de seis a onze anos, que cursam o ensino fundamental. Essa proposta sinaliza uma abertura do Portal de Periódicos a professores da educação básica.

Em 2013, a DEB continuou atuando em parceria com o Portal de Periódicos, buscando o aperfeiçoamento contínuo do projeto e motivação para o uso do Portal. (http://escola.britannica.com.br/)

Figura 10. Portal Britannica on Line, no stand da Capes, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 2013

3.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação

Em 11 de julho de 2012, data do aniversário da Capes, foram lançados três volumes da Revista Brasileira de Pós-Graduação que tratam da relação pós-graduação/educação básica.

Os textos mostram como os programas coordenados pela DEB, mesmo em um espaço de tempo curto, estão realmente promovendo a aproximação entre pós-graduação e educação básica, além de gerarem produção de conhecimento e disseminação de boas práticas. As obras sinalizam, também, o potencial de impacto e de aceitação da nova missão da Capes: a formação de professores da educação básica.

- **RBPG 16**

Trata da articulação entre a pós-graduação e a educação básica e abre espaço para a apresentação de pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas apoiados pela Capes, como também para a discussão dos desafios da política brasileira de apoio à formação e valorização do docente; e promove a inserção da temática em círculos nacionais especializados.

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 1**

O Suplemento 1aborda o tema "Políticas Públicas e Diversidade Cultural", engloba 11 artigos apresentados em duas seções: "Políticas, Sociedade e Educação" e "Diversidade Cultural: Educação Indígena".

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 2**

O Suplemento 2 da RBPG destaca o tema "Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência", e apresenta 11 artigos organizados em duas seções: "Ensino de Ciência e da Matemática: formação e práticas" e "PIBID: experiências e reflexões".

Volumes encontrados em: http://www2.capes.gov.br/rbpg/

3.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI

O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) é gerenciado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI). A DEB atuou em algumas reuniões no Brasil e em Portugal e na contratação de uma avaliação externa do programa, atuando como parceira sempre que demandada.

Os dados do PLI são encontrados na DRI.

3.5. Estratégias de Comunicação

Desde 2009, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social – ACS, da Capes, a DEB buscou ampliar sua estratégia de comunicação com seus parceiros. Assim, complementou o tradicional envio de documentos impressos com a comunicação *on line* direcionada a reitorias, pró-reitorias, dirigentes municiais e estaduais, com foco especial na Undime e Consed, e a potenciais parceiros e formadores de opinião. Em decorrência dessa ampliação, cresceu a submissão de propostas aos editais, como mostram os dados em cada programa.

Em 2012 e 2011, novas marcas e banners foram criados, para sinalizar uma revitalização dos programas e promover sua divulgação em eventos científicos e educacionais.

A parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime tem levado a DEB a participar dos eventos desses dois indispensáveis parceiros nos programas de formação e valorização de professores da educação básica.

3.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Desde 2010, por iniciativa da DEB, a CAPES conquistou um espaço na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI.

Em 2013, a DEB esteve presente ao longo de todo o evento. O stand da Capes destacou-se graças ao apoio do Prof. Dr. Eloi Teixeira César, diretor do Centro de Ciências da UFJF, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e coordenador do programa Novos Talentos. Os equipamentos financiados pelo programa, com as orientações da equipe do prof. Eloi e de servidores da Capes foram um incentivo às crianças e jovens que circularam nos pavilhões da feira.

Figura 11. Fotos do stand da Capes na SNCT 2013

3.7. Parceria DEB - FNDE

Em 2011, a DEB procurou a Secretaria Executiva do MEC e o FNDE, solicitando que os mesmos equipamentos que fossem distribuídos nas escolas de educação básica da rede pública fossem também enviados aos cursos de formação de professores.

A estratégia visa assegurar que os professores, em especial os participantes do Parfor e do Pibid, saibam, desde seu processo de formação, operar e utilizar pedagogicamente esses recursos didáticos que contribuem para tornar mais lúdico, contemporâneo e efetivo o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, evita-se cobrar do professor o uso de recursos e metodologias que não estiveram presentes em sua formação e garante-se que os investimentos do MEC nas escolas públicas sejam aproveitados pelos alunos e professores.

Sensível à questão, a Secretaria Executiva autorizou e o FNDE repassou, em 2012, para as instituições públicas participantes do Parfor e do Pibid dois computadores interativos do Proinfo por IES.

Em 2013, coleções do Catálogo Raisonée, de Cândido Portinari também foram enviadas, incluindo os Lifes. A parceria precisa ser estendida ao programa de tablets, ao Programa Nacional de Biblioteca Escolar e Programa Nacional do Livro Didático, buscando sinergia entre a formação e a prática do professor da escola pública.

4. Acompanhamento e Avaliação dos Programas

Além das tradicionais atividades de análise de relatórios parciais e de cumprimento de objeto, a DEB adota como forma de acompanhamento dos programas que fomenta visitas *in loco,* atendimento por email e telefonemas, orientações por webconferência, participação em eventos locais, estaduais, regionais e a realização de seminários nacionais. Ademais, a DEB colocou-se a atribuição de buscar apoio para o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação das ações que executa com o propósito de:

- acompanhar e avaliar quantitativa e qualitativamente os programas;
- conhecer e dar visibilidade às produções de cada instituição;
- oferecer um espaço de compartilhamento de experiências, materiais educacionais e boas práticas;
- permitir às instituições autoavaliação e benchmarking;
- integrar programas e ações;
- ampliar o diálogo interinstitucional;
- aperfeiçoar os indicadores educacionais dos programas.

Em 2010-2011, a DEB já havia feito uma pré-proposta no Moodle. Todavia o crescimento dos programas e do número de usuários potenciais levou os especialistas em TI a desaconselharem o uso do Moodle, dadas suas limitações. A imagem a seguir ilustra a página inicial do ambiente.

Figura 12. Imagem do ambiente Comunidades no Moodle.

Em 2012, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI sugeriu a migração para a plataforma Google, de modo a facilitar o acesso de todos os parceiros. A navegabilidade e o uso da nuvem na Internet levaram a essa sugestão e iniciou-se o processo de migração do Moodle para o Google.

No entanto o trabalho ainda não pode ser completado. O desafio atual é receber o apoio da DTI para possibilitar o uso do portal Comunidades pelos servidores e gerentes da DEB e

pelos coordenadores, bolsistas e demais participantes diretos e indiretos dos programas, concretizando, assim, os objetivos que levaram à sua construção.

Com a consolidação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação de seus programas, a DEB poderá integrar suas ações, ampliando seu alcance, gerando sinergia e promovendo impactos educacionais positivos na educação brasileira.

A logomarca que identifica o Portal Comunidades, sugere o mapa do Brasil com um conjunto de objetos que representam os diversos programas da Capes, gerando um movimento dinâmico de renovação da formação de professores da educação básica.

Figura 13. Logomarca do Portal Comunidades, no Google

Figura 14. Portal Comunidades: página inicial

Figura 15. Portal Comunidades: estatística de produções postadas

4.1. Avaliação de Riscos frente aos objetivos estratégicos

Nas demandas dos órgãos de controle, solicita-se que as diretorias apresentem suas estratégias de atuação para minimizar riscos e otimizar recursos para atingir os objetivos estratégicos do órgão.

A DEB atua da seguinte forma no tocante à avaliação de riscos:

- Avaliação Preliminar:

A Avaliação Preliminar é primeira etapa no processo de elaboração de políticas públicas. A DEB analisa as bases de dados do INEP, principalmente as que tratam (1) da formação de professores, (2) o Censo Escolar; (3) os dados do ENADE e do IGC; (4) a evolução do IDEB; e (5) as matrículas e conclusões nos cursos de licenciatura.

Além disso, examinam-se as alterações na LDB, as normas, as políticas e os programas do MEC relacionados com formação de professores. Nesse aspecto, a Lei 12.796/2013, o Ensino Médio Inovador, a Escola de Tempo Integral e as metas do PNE – Plano Nacional da Educação sinalizam a necessidade de ampliação do número de professores e de investimento na melhoria de qualidade da formação de docentes.

As tendências de taxas de aposentadoria de professores e a atração de novos profissionais são também acompanhadas pela DEB.

As boas práticas encontradas no Brasil e a compreensão e o conhecimento de experiências exitosas de outros países – visto que o tema da formação docente é hoje uma preocupação global – também colaboram para a definição da agenda da DEB.

Essa avaliação preliminar do cenário possibilita à DEB documentar evidências e fatos que a levem ao desenho de programas que respondam às atribuições da Capes em harmonia com o contexto legal, técnico e político do setor Educação, minimizando riscos e vulnerabilidades no desenho da programação a ser desenvolvida.

Um indicador de sucesso dessa Avaliação Preliminar é o crescimento do número de instituições de ensino superior (IES) formadoras que são parceiras da DEB: de 43 em 2009, para 311 em 2013. Ou seja, a agenda proposta tem sido acolhida pela comunidade acadêmica. Dessas 311, muitas participam de mais de um programa, o que significa a assinatura de convênios e instrumentos similares com 1.036 grupos que atuam nas IES com formação de professores. Outro exemplo é o aumento do número de concessões: o Pibid já

é o segundo maior programa de bolsas da Capes. Com a implementação das 90.254 bolsas em 2014, passará a ser o maior.

A Capes mantinha intenso diálogo com as IES, em especial com as pós-graduações, com as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa. A DEB ampliou esse diálogo incluindo pró-reitorias de graduação e extensão, Fóruns Estaduais de Formação Docente, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, entidades e associações ligadas ao magistério e instituições formadoras de opinião.

- Avaliação de processo:

Além das atividades relatadas no primeiro parágrafo deste capítulo, o acompanhamento contínuo dos programas e dos projetos e a avaliação das frequências de ocorrências levam a DEB a propor um conjunto de ações que resolvem situações, previnem problemas, evitam a vulnerabilidade e mitigam riscos. Nesse contexto, a DEB liderou a redação da Lei nº 12.695/2012 e elaborou, em conjunto com a DED, a proposta de normatização das bolsas de educação básica da Capes.

A diretoria trabalha constantemente na intensificação da comunicação com os beneficiários de seus programas e projetos visando melhorar os controles dos recursos repassados e a repassar. Uma ferramenta que tem permitido a aproximação DEB/beneficiários é o uso do Google Drive cujos formulários têm mostrado excelentes resultados. Por meio dessa ferramenta, são enviados aos beneficiários da DEB questionários nos quais são pesquisadas questões referentes ao desenvolvimento dos programas, aos recursos disponíveis – utilização/ percentual de execução, necessidades futuras etc. Essa estratégia de controle tem permitido acompanhar resultados, estabelecer um melhor fluxo de caixa dos recursos, evitar a devolução de recursos não aplicados pelos beneficiários ao final do ano fiscal e monitorar aqueles que estão com dificuldades de implementar os programas e projetos, e, nesse caso, intervir de forma preventiva.

- Avaliações externas.

Outro mecanismo que tem mostrado bons resultados são as avaliações externas dos programas implementados pela DEB. Uma amostra de turmas do Parfor teve seus projetos pedagógicos avaliados por meio de consultores da UNESCO no ano de 2012.

Em 2013, foi realizada uma avaliação quanti e qualitativa do Pibid, por consultores da Fundação Carlos Chagas, especialistas em formação de professores. A base do trabalho foram aproximadamente 20.000 formulários de respostas enviados, por meio do Google Drive, pelos beneficiários do programa (coordenadores, supervisores e bolsistas de iniciação à docência). Além de avaliarem os resultados alcançados pelo programa, os consultores propuseram indicadores que permitirão um melhor acompanhamento técnico-pedagógico.

Destaque-se que o maior risco ao trabalho da Capes é a ausência de bons planos de carreira do magistério e as condições de trabalho em muitas escolas da rede pública. De um modo geral, os planos existentes não contemplam adequadamente o reconhecimento da formação docente e não atraem jovens para a carreira do magistério. Os programas fomentados pela Capes visam modificar as representações sociais a respeito do papel do professor da educação básica. A aproximação e o diálogo da Capes com o Consed e a Undime e com a Secretaria de Articulação dos Sistemas Educacionais, do MEC, revelam-se estratégicos para apoiar a construção de planos de carreira que valorizem o docente e sua formação.

5. Novos Programas em análise na DEB

Os programas a seguir listados estão em discussão na DEB. Alguns já poderiam estar em andamento, caso os recursos financeiros acompanhassem o crescimento da diretoria.

- **Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil:** Edital de fomento à formação de professores para a educação infantil, considerando a necessidade e as normas em vigor para a expansão da oferta.
- **Programa de Bolsa de Iniciação Júnior:** Edital de chamada a alunos do Ensino Médio para se incorporarem ao Pibid, aos Novos Talentos, às ações de formação das Olimpíadas de Matemática e Química e a outros programas, com o objetivo de atraí-los para a docência e a ciência, a partir de ações de monitoria orientada pelos participantes dos programas citados.
- **Programa Residência Docente**: Expansão do projeto-piloto do Colégio Pedro II a Colégios de Aplicação e outras instituições de referência na Educação Básica. Essa ação insere-se na tendência atual de acompanhar e orientar o professor nos anos iniciais da carreira, etapa em que acontece alto percentual de abandono. A exemplo da residência médica, o programa é indutor da permanência na carreira e de formação continuada do professor, a partir de ações concretas e transformadoras do processo de ensino e aprendizagem.
- **Programa Escolas Afilhadas –** Consiste na adoção de escolas da rede pública de educação básica por programas de Pós-Graduação, especialmente em áreas de Física, Química, Matemática e em outras onde há falta de professores. Reconhecimento do trabalho dos programas de pós na Avaliação Trienal.
- **Programa de Complementação Pedagógica**, *on line*, em rede nacional, para bacharéis e profissionais já formados (engenheiros, químicos, médicos, economistas...) que queriam dar aulas em escolas públicas de ensino médio. O curso combinaria a formação *on line* com a prática nas escolas, concomitantemente. A formação deve trazer temas inovadores, como a contribuição da neurociência para a compreensão dos adolescentes e dos jovens, uso qualificado das TICs na educação e outros. A elaboração dos módulos seria feita por nomes nacionalmente reconhecidos.
- **Programa de Fomento a Projetos Escolares** – Edital para seleção de propostas de escolas públicas de educação básica, organizadas individualmente ou em rede, para apoio à realização de projetos que se configurem como um conjunto de ações intencionalmente planejadas, com caráter pedagógico, científico ou cultural, visando alcançar objetivos educacionais para o coletivo da escola.

Essas e outras propostas serão debatidas e construídas com o CTC – EB e dependem de recursos adicionais e novos servidores.

6. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013

O orçamento da DEB vem crescendo a cada ano, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 9. Evolução da Execução Orçamentária da DEB

Ano	Execução DEB (R$)	Dif($_{t=1,t)}$	Crescimento (t,t+1)
2009	44.811.805,39		
2010	178.967.895,29	134.156.089,90	299,38%
2011	283.190.183,90	104.222.288,61	58,24%
2012	439.807.162,10	156.616.978,20	55,30%
2013	500.798.764,92	60.991.602,81	13,87%

Em 2013, em função do contingenciamento orçamentário e recolhimento de recursos com PI detalhado, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento da DEB. Em face dessa situação, muitos programas não puderam ser implementados em sua plenitude e alguns não chegaram a ser iniciados.

Nos principais programas da DEB foram investidos:

Tabela 10. Recursos investidos na DEB - Período 2009-2013

DEB*	2009	2010	2011	2012	2013	Totais
Parfor	12.394.341,09	70.914.408,33	110.987.220,82	162.895.436,02	171.919.765,09	529.111.171,35
Pibid	20.041.950,00	80.398.941,22	138.597.928,92	219.084.614,74	287.900.596,63	746.024.031,51
Obeduc	8.195.310,63	5.851.075,25	18.863.568,37	16.676.004,54	22.687.483,34	72.273.442,13
Prodocência	4.180.203,67	6.729.426,08	2.431.199,85	2.470.474,44	36.200,00	15.847.504,04
Novos Talentos	-	7.788.894,45	2.798.072,00	4.330.579,63	3.265.992,04	18.183.538,12
Projetos Especiais	-	6.329.639,03	9.512.193,94	15.664.809,77	14.133.778,29	45.640.421,03
Life	-	-	-	14.314.025,20	0,00	14.314.025,20
Outras despesas (AAE, diárias, passagens etc)	-	955.510,93	-	4.371.217,76	854.949,53	6.181.678,22
Totais	44.811.805,39	178.967.895,29	283.190.183,90	439.807.162,10	500.798.764,92	1.447.575.811,60

* Os totais não incluem os valores inscritos em restos a pagar não processados.

- **Breve histórico das Ações Orçamentárias**

Na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o período de 2009 a 2011, o Programa que ancorou o trabalho da DEB foi o 1448- Qualidade na Escola. Nele, estavam incluídas a Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid; a Ação 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica e a Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica, todas sob responsabilidade da CAPES/DEB.

Em 2009, a Ação 6333 foi executada pelo FNDE, mas a partir de 2010, a CAPES tornou-se a unidade gestora dessa ação utilizada na execução dos recursos de custeio do Parfor. A Ação 20CY – Cooperação Internacional para a Educação Básica - cabe à DRI.

No Programa 1061, Brasil Escolarizado, Ação 0A30, foram pagas as bolsas do Parfor.

No Programa 1449, Estatísticas e Avaliações Educacionais, a Ação 4000 foi utilizada pelo INEP para repassar os recursos de custeio do Observatório da Educação – OBEDUC em editais que são fruto da parceria CAPES/INEP.

No Programa 1375, Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, por meio da Ação 4019, que está sob responsabilidade da DPB, custearam-se Editais do Programa Projetos Especiais - **Feiras de Ciências e Mostras Científicas** e **Olimpíadas Científicas** – e recursos de capital para o Observatório da Educação.

Tabela 11. DEB: Programas e Ações do Orçamento, 2009-2011

Programa 1448 – Qualidade na Escola
• 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid
• 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
• 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
• 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos profissionais da Educação Básica
Programa 1061 - Brasil Escolarizado
• 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica
Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais
• 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais
Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
• 4019 – Fomento à Pós-Graduação

O PPA 2012 – 2015 trouxe alterações significativas em relação à estrutura adotada pelos planos plurianuais anteriores. Na nova lógica proposta, o Plano Plurianual não deveria espelhar o orçamento, mas sim ser um instrumento de formulação, gestão e implementação das políticas públicas. Para a operacionalização do plano, diversas Ações orçamentárias de órgãos federais foram fundidas e agrupadas em Programas temáticos que reuniram políticas publicas afins. Isso levou a uma redução significativa no número de Ações.

No âmbito da Capes, as ações voltadas à educação básica e que operacionalizam o trabalho da DEB e da DED, foram ancoradas pelo **Programa 2030- Educação Básica**, por meio das Ações **20RO** – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica – e **20RJ** – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Na sequência, são apresentadas informações orçamentárias referentes ao período de 2008 a 2013.

a) Ano de 2008

Como já informado, na gestão 2007-2008, não foram feitos investimentos, conforme indica extração do SIAFI, atualizado em: 31/12/2008 às 17:31:18 h, a seguir.

Tabela 12. Investimentos DEB em 2008

PT Projeto/Atividade	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (LEI)	Créditos Suplementares	Créditos Reduzidos	Dotação Autorizada	Empenhado	Destaques Concedidos	Empenho Liquidado	Empenho a Liquidar	Crédito Disponível
009U - CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA - PIBID		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00
		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00

b) Ano de 2009

No ano de 2009, a redação do orçamento não atendia adequadamente ao trabalho da diretoria. Somente o Pibid possuía recursos alocados na Capes; Prodocência e Observatório da Educação recebiam recursos descentralizados da SESu e INEP, respectivamente. Para viabilizar a operacionalização dos Programas Prodocência, Novos Talentos, Observatório da Educação e os Projetos Especiais, em 2010, depois de inúmeros esforços junto à Subsecretaria de Planejamento e Gestão do MEC, foi incluída a ação 20CV que permitiu à DEB assumir, com recursos próprios, os referidos programas. A medida deu mais visibilidade aos recursos aplicados.

Em 2009, a DEB investiu os recursos a seguir indicados, por programa.

Tabela 13. Investimentos DEB em 2009.

DEB – Execução 2009	R$
Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor	12.394.341,09
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid Edital 2007	20.041.950,00
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência*	4.180.203,67
Programa Observatório da Educação - Edital 2006**	1.269.501,05
Programa Observatório da Educação - Edital 2008**	4.230.122,38
Programa Observatório da Educação Escolar Indígena	2.695.687,20
Total executado em 2009	44.811.805,39

* Inclui repasse da SESu/MEC, parceira do programa.
** Inclui repasse do INEP, parceiro do programa.

c) Ano de 2010

Em 2010, a DEB executou programas com recursos das Ações 009U e 20CV e das Ações da CAPES 0A30 e 6333. Contou, também, com recursos descentralizados do INEP e da SECAD para o Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena. O FNDE foi parceiro no pagamento das bolsas e custeio do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, referentes ao ano de 2010.

Tabela 14. Investimentos DEB em 2010

Programa	Ação	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	% Execução
1448	009U	111.462.000,00	80.398.941,22	72,13%
1448	20CV	49.860.000,00	32.788.477,97	65,76%

1448	6333	15.554.200,00	7.780.476,10	50,02%
1061	0A30	58.000.000,00	58.000.000,00	100,00%
	Total	234.876.200,00	178.967.895,29	66,73%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

* Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos editais: Novos Talentos, Prodocência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Observações sobre o pagamento do capital do Observatório da Educação:

1) O capital do Observatório da Educação foi pago na ação 4019, pois não houve liberação de cota financeira na 20CV no final do ano de 2010;

2) Capital do Observatório da Educação pago na 4019 - Despesa Empenhada - R$ 628.432,25, Despesa Liquidada - R$ 560.832,25, Valor Pago - R$ 491.125,25, Empenho a liquidar - R$ 67.600,00;

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados nos programas da DEB, em 2010.

Tabela 15. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2010.

Ação	Programa DEB	Despesas Empenhadas
20CV	Projetos Especiais - Bolsas	58.100,00
20CV	Projetos Especiais - AUXPE	843.721,00
20CV	Projetos Especiais - Fomento	5.427.818,03
	Projetos Especiais - Total	6.329.639,03
20CV	Prodocência - AUXPE	4.715.687,55
20CV	Prodocência - Fomento	517.287,44
20CV	Prodocência - Convênios (Capital)	1.496.451,09
	Prodocência - Total	6.729.426,08
009U	Pibid - Bolsa	68.693.201,04
009U	Pibid - AUXPE	6.224.825,68
009U	Pibid - Fomento	2.118.649,50
009U	Pibid - Convênios	3.362.265,00
	Pibid - Total	80.398.941,22
20CV	Observatório da Educação - AUXPE	1.815.754,69
20CV	Observatório da Educação Indígena - AUXPE	3.406.888,31
20CV	Observatório da Educação - AUXPE (Capital)	628.432,25
	Observatório da Educação - Total	5.851.075,25
20CV	Novos Talentos - AUXPE	7.788.894,45
	Novos Talentos - Total	7.788.894,45
20CV	Despesas diversas (AAE e outros)	955.510,93
	Despesas Diversas - Total	955.510,93
20CV	Parfor - Convênios (Capital)	5.133.932,23
0A30	Parfor Bolsas	58.000.000,00
6333	Parfor - Fomento	987.094,36
6333	Parfor - Convênios	6.793.381,74
	Parfor - Total	70.914.408,33
	Total geral	178.967.895,29

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

- **Sobre a execução em 2010**

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U - R$ 111.462.000,00 -, foram empenhados R$80.398.941,22, o que representou 72,13%.

Os valores não executados nessa Ação referem-se a bolsas e custeio de instituições de educação superior - IES que atrasaram o início dos trabalhos, seja devido ao período eleitoral, seja por questões de articulação com as secretarias de educação e com as escolas que recebem os bolsistas do Pibid. Entre as 33 instituições comunitárias que foram aprovadas pela Comissão que avaliou os projetos, seis tiveram pendências com a União e não puderam firmar convênio. É importante ressaltar que a CAPES somente repassa os recursos quando todos os documentos obrigatórios estão devidamente assinados e entregues. Com todos esses fatores, os recursos de AUXPEs, convênios e bolsas não começam a ser pagos de forma simultânea. Esses lapsos de tempo, que fogem à governabilidade da CAPES, geram uma perda de execução orçamentária.

Há que se considerar que o Pibid é um programa novo (o Edital de 2007 começou efetivamente a ser pago em 2009) e já representa o segundo maior volume de recursos para bolsas da CAPES. Ressalte-se, ainda, que na graduação muitos professores não tinham experiência de trabalho com a CAPES, tendo sido o Pibid seu primeiro projeto institucional fora do âmbito da docência. Esta Diretoria considera que a experiência adquirida nesses dois anos pelas 124 IES participantes e o trabalho de padronização de procedimentos técnico-administrativos deve contribuir para elevar a tempestividade da execução orçamentária em 2011.

A Ação 20CV começou a ser utilizada em 2010 e sua finalidade é "*Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica*". Nessa Ação incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB.

A dotação autorizada foi de R$49.860.000,00. Por solicitação da DEB, uma parte do recurso de custeio foi remanejada para capital (R$ 10.160.000,00). Somente em outubro foi confirmado esse remanejamento. Segundo dados extraídos do SIAFI, em 10 de janeiro de 2011, foram empenhados R$ 32.788.477,97, um percentual de 65,76%. Como os editais do Prodocência, Observatório da Educação e Novos Talentos só puderam ser publicados em meados do ano e os resultados foram divulgados em outubro, houve uma retenção dos recursos, com início dos pagamentos acontecendo no final do ano. Em alguns casos, as instituições atrasaram o envio da documentação e não chegou a ser firmado o convênio em 2010 (por exemplo, as 14 instituições estaduais e 3 municipais do Prodocência). Esses fatos geraram impacto na execução orçamentária.

Considerando-se que a 20CV é uma Ação orçamentária nova; que os programas estão em consolidação e expansão; que já existe o desdobramento de recursos de custeio e capital, a equipe gestora da DEB julga que o percentual de 65,76% alcançado em 2010 será fortemente ampliado em 2011. Fundamentam esse julgamento os resultados qualitativos que os programas fomentados por essa Ação estão alcançando no contexto educacional e os processos de padronização de procedimentos técnico-administrativos em andamento na DEB.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2010 foi de R$ 5.133.932,23 - foi pago na Ação 20 CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada foi de R$ 15.554.200,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R$ 7.780.476,10, representando uma execução de 50,02%.

Em relação à baixa execução verificada na ação 6333, relativa à execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), cabe destacar:

- Os cursos de licenciatura do Parfor são destinados aos professores em exercício das redes públicas da educação básica sem formação inicial adequada à LDB/1996. A projeção de ofertas de vagas em cursos especiais presenciais, para previsão de fomento dos cursos pela CAPES/MEC, foi superestimada por várias Instituições de Ensino Superior (IES) formadoras. Os planos estratégicos da formação inicial, tomados como base pelas IES e elaborados pelos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente, apresentam imprecisões e omissões nas demandas, pela ausência de dados confiáveis nos sistemas de ensino, estaduais e municipais, ou por terem como informação principal os dados do Educacenso/INEP, também imprecisos.
- A pré-inscrição dos candidatos aos cursos de formação inicial é feita por meio da Plataforma Freire, sistema informatizado criado pelo MEC para a gestão dos cursos do Parfor. As pré-inscrições dos professores devem ser validadas pela Secretaria de Educação do respectivo sistema de ensino, para envio posterior das inscrições às IES, realização dos processos seletivos e eventual matrícula. A conjugação desses fatores - pré-inscrição, validação e seleção - gera divergências entre as metas físicas - estimada e executada.

A DEB trabalha para superar os problemas apresentados, com um diagnóstico extenso das várias atividades do Parfor. Entre as medidas tomadas e previstas estão a preparação e emissão de documentos normativos, a promoção de reuniões de orientação na CAPES e nos estados, visando melhorar a articulação com os Fóruns Estaduais, IES participantes e Secretarias de Educação.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R$ 58.000.000,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R$ 58.000.000,00, representando uma execução de 100,00%.

d) Ano de 2011

Em 2011,a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 009U, 20CV e 6333. Também foram utilizadas outras Ações da CAPES - 0A30 e 4019 – no fomento de suas atividades. Contou, também, com recursos descentralizados pelo INEP por meio da Ação 4000 para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2011.

Tabela 16. Investimentos da DEB em 2011

PROGRAMA	AÇÃO	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos	% Execução
1448	009U	145.061.654,60	144.972.858,28	99,94%
1061	0A30	80.000.000,00	77.617.300,00	97,02%
1448	20CV	27.653.663,40	26.733.477,65	96,67%
1448	6333	27.500.000,00	25.366.575,38	92,24%
1375	4019	4.000.000,00	4.000.000,00	100,00%
1449	4000	4.500.000,00	4.499.972,59	100,00%
Total		288.715.318,00	283.190.183,90	98,09%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

A dotação inicial da ação 009U foi de R$ 178.531.624,00. Desse total foram contingenciados, ainda no início de 2011, R$ 10.000.000,00, restando uma dotação de R$ R$ 168.531.624,00. Em agosto/2011 foi solicitado um remanejamento de recursos entre as ações da DEB – a ação 009U cedeu R$ 23.469.969,40, sendo que a ação 20CV receberia R$ 11.369.969,40 e a 6333 receberia R$ 12.100.000,00. Síntese abaixo:

Tabela 17. Síntese dos Remanejamentos Orçamentários nas Ações da DEB

Ação	Dotação Atualizada (R$)	Total do Repasse da Ação Doadora (R$)	Decreto (10% do Total da Ação Receptora) (R$)	Projeto de Lei (R$)	Dotação Pós-Remanejamento (R$)	Dotação Remanejada com Cota Orçamentária para Execução (R$)
009U	168.531.624,00	23.469.969,40			145.061.654,60	145.061.654,60
20CV	25.139.694,00		2.513.969,40	8.856.000,00	36.509.663,40	27.653.663,40
6333	25.000.000,00		2.500.000,00	9.600.000,00	37.100.000,00	27.500.000,00

O remanejamento solicitado por decreto foi liberado dentro do exercício de 2011 e executado nas ações 20CV e 6333. No entanto, o restante do remanejamento de recursos que ocorreria por meio de Projeto de Lei só ocorreu em 27/12/2012 e não foi disponibilizada cota orçamentária para que as ações receptoras do recurso, ações 20CV e 6333, pudessem executá-los. Dessa forma, consideraremos como dotação prevista na ação 009U o valor de R$ 145.061.654,60, na ação 20CV o valor de R$ 27.653.633,40 e na ação 6333 o valor de R$ 27.500.000,00.

Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos últimos editais realizados: Novos Talentos, Prodocência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

A ação 4000 não está sob responsabilidade da DEB. Por meio desta ação, o INEP repassou à CAPES recursos de custeio no valor de R$ 4.500.000,00 que foram utilizados para o pagamento de despesas de projetos do Programa Observatório da Educação, edições 2008 e 2010, que são fruto da parceria CAPES/INEP.

Os recursos executados no valor de R$ 4.000.000,00 na Ação 4019 foram aplicados no financiamento dos projetos selecionados por meio dos Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas. Quando foi firmada a parceria CAPES/CNPq/FNDE para o apoio aos referidos editais foi acordado que a CAPES apoiaria o primeiro edital com R$ 1.000.000,00 e o segundo com R$ 3.000.000,00 por meio da Ação 20CV. O FNDE contribuiria com iguais valores para cada edital. No entanto, depois de publicado o edital, o FNDE teve problemas com a liberação de recursos em rubrica compatível com o repasse de recursos ao pesquisador. Visando resolver a questão, a CAPES financiou ambas as partes. Dessa forma, a CAPES repassou um valor total correspondente a R$ 6.000.000,00 (Seis milhões de Reais) para a chamada nº 25/2011, de apoio à realização de Feiras de Ciências (R$ 3.000.000,00 da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019) e um valor equivalente a R$2.000.000,00 (dois milhões de Reais) para a chamada nº 24/2011, de apoio a Olimpíadas Científicas (R$ 1.000.000,00 por meio da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019).

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2011.

Tabela 18. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2011

Ação	Programa DEB	PI	Empenhado	Destaques concedidos	Empenhado + destaques concedidos
20CV	NT	Novos Talentos - AUXPE	2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
Novos Talentos - Total			2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
20CV	Obeduc	Obeduc - Graduação	6.773.130,00	0,00	6.773.130,00
20CV	Obeduc	Obeduc - Doutorado	1.445.400,00	0,00	1.445.400,00
20CV	Obeduc	Obeduc -Mestrado	2.856.000,00	0,00	2.856.000,00
20CV	Obeduc	Obeduc -AUXPE	713.666,50	0,00	713.666,50
20CV	Obeduc	Obeduc - Indígena - AUXPE	2.575.399,28	0,00	2.575.399,28
4000	Obeduc	Obeduc -AUXPE (INEP)	4.499.972,59	0,00	4.499.972,59
Obeduc- Total			18.863.568,37	0,00	18.863.568,37
6333	Parfor	Parfor - Fomento	1.655.536,49	12.298.204,11	13.953.740,60
6333	Parfor	Parfor - Convênios	11.412.834,78	0,00	11.412.834,78
009U	Parfor	Parfor - Fomento	0,00	6.374.929,36	6.374.929,36
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	0,00	37.610.100,00	37.610.100,00
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	40.007.200,00	0,00	40.007.200,00
20CV	Parfor	Parfor - Fomento	13.365,00	1.476.091,08	1.489.456,08
20CV	Parfor	Parfor - Convênios	138.960,00	0,00	138.960,00
Parfor - Total			53.227.896,27	57.759.324,55	110.987.220,82
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Bolsas	557.495,00	0,00	557.495,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - AUXPE	885.049,00	0,00	885.049,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. EspeciaisFomento	0,00	4.069.649,94	4.069.649,94
4019	Projetos Especiais	Proj.Especiais - Fomento (Termo de Cooperação)	4.000.000,00	0	4.000.000,00
Projetos Especiais - Total			5.442.544,00	4069649,94	9.512.193,94
009U	Pibid	PIBID - AUXPE	11.512.553,91	0,00	11.512.553,91
009U	Pibid	PIBID - Fomento	1.201.357,50	1.118.496,28	2.319.853,78
009U	Pibid	PIBID - Convênios	2.635.924,50	0,00	2.635.924,50
Pibid - Total			137.479.432,64	1.118.496,28	138.597.928,92
20CV	Prodocência	Prodocência - AUXPE	1.405.165,53	0,00	1.405.165,53
20CV	Prodocência	Prodocência - Fomento	729.858,27	0,00	729.858,27
20CV	Prodocência	Prodocência - Convênios	296.176,05	0,00	296.176,05
Prodocência - Total			2.431.199,85	0,00	2.431.199,85
DEB 2011: Total geral			220.242.713,13	62.947.470,77	283.190.183,90

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

- **Sobre a execução em 2011**

A execução orçamentária do exercício fiscal de 2011 foi muito superior a de 2010. Em todas as ações orçamentárias a utilização de recursos ultrapassou 90%. Esse sucesso na execução de 2011 está associado a uma melhor estruturação dos Programas Pibid e Parfor – Ações 009U, 6333 e 0A30 – e a um acompanhamento mais eficiente dos programas executados na Ação 20CV.

Nas Ações 6333 e 20CV o volume executado poderia ter sido maior, caso o remanejamento solicitado por meio de projeto de lei tivesse ocorrido em tempo hábil e tivesse vindo acompanhado da disponibilidade orçamentária (a liberação ocorreu dia 27 de dezembro de 2011). Dos R$ 23.469.969,40 disponibilizados pela ação 009U para remanejamento, apenas R$5.013.969,40 - remanejados por decreto - foram utilizados. O restante, que corresponde a R$ 18.456.000,00 – R$ 8.856.000,00 para a Ação 20CV e R$ 9.600.000,00 para a Ação 6333 - não puderam ser utilizados.

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U – R$ 145.061.654,60 – foram executados R$ 144.972.858,28 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 99,94%.

Na Ação 20CV incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB. Nessa Ação são pagas despesas de custeio para todos os programas acima listados e investimentos de Capital para os programas Parfor e Prodocência.

A dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto para esta Ação foi de R$ 27.653.663,40. Desse total foi executado R$ 26.733.477,65 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 96,67 %.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda, o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2011 foi de R$ 1.628.416,08 - foi pago na Ação 20CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto foi de R$ 27.500.000,00. Desse total foram executados R$ 25.366.575,38 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 92,24%.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R$ 80.000.000,00. Desse total foi executado R$ 77.617.300,00 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 97,02%.

O INEP utilizou a Ação 4000 para honrar a parceria firmada com a CAPES com o objetivo de apoiar o Programa Observatório da Educação (Editais 2008 e 2010). Dos R$ 4.500.000,00 repassados foram executados R$4.499.972,59, tendo uma execução próxima de 100%.

Por meio da Ação 4019, que é de responsabilidade da DPB, foram apoiados os Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas – R$ 1.000.000,00 – e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas – R$ 3.000.000,00. Essa Ação foi utilizada em caráter emergencial, tendo em vista que os referidos editais já tinham sido publicados quando o FNDE comunicou a impossibilidade de repassar os recursos previamente acordados. Portanto, dos R$ 8.000.000,00 destinados aos Editais nº 24/2011 e nº 25/2011, R$ 4.000.000,00 foram provenientes da Ação 20CV e R$ 4.000.000,00 da Ação 4019. Face ao exposto, não se apresenta o percentual de execução da última Ação, tendo em vista que a mesma é da DPB e que inclui vários outros programas.

e) Ano de 2012

Em 2012, o orçamento da DEB trouxe incertezas. Uma síntese do orçamento destinado às Ações 20RJ e 20RO, que no âmbito da Capes englobam os recursos da DEB e da DED, é apresentada a seguir:

Tabela 19. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2012

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTACAO INICIAL (LEI)	CREDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTACAO AUTORIZADA	CRED.DE PROJETOS BLOQUEADO P/CONTROLE INTERNO	DOTAÇÃO DISPONÍVEL
20RJ	Custeio	183.942.444,00	169.331.125,00	-39.608.507,00	313.665.062,00	5.944.618,00	307.720.444,00
20RJ	Capital	15.115.979,00	16.277.634,00	0,00	31.393.613,00	7.046.732,00	24.346.881,00
20RJ Total		199.058.423,00	185.608.759,00	-39.608.507,00	345.058.675,00	12.991.350,00	332.067.325,00
20RO	Bolsas	503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
20RO Total		503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
Total Geral		702.973.358,00	340.298.868,00	-39.608.507,00	1.003.663.719,00	12.991.350,00	990.672.369,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

A dotação inicial da Ação 20RJ foi de R$ 199.058.423,00 e após receber créditos suplementares e sofrer bloqueio de créditos para controle interno resultou em recursos de R$ 332.067.325,00. Um crescimento de 67% em relação ao orçamento definido no PLOA 2012. Esses recursos destinaram-se ao pagamento de despesas com custeio e de capital da DEB e da DED e ao pagamento das chamadas despesas administrativas, tais como passagens, diárias, dentre outras. Todas foram lançadas na Ação 20RJ.

A Ação 20RO teve uma dotação inicial de R$ 503.914.935,00 e finalizou o ano fiscal com recursos de R$ 658.605.044,00. Um crescimento de 31% em relação ao orçamento definido no PLOA2012. Esses recursos foram utilizados para o pagamento das bolsas da DEB e da DED.

As informações referentes às aplicações dos recursos orçamentários, que serão apresentadas em sequência, referem-se aos programas da DEB operacionalizados por meio das Ações 20RO, 20RJ, 4019 e 4000. Nas sínteses estão contabilizados apenas a aplicação de recursos realizadas pela DEB - diretoria foco deste relatório - e os recursos empenhados, descentralizados e inscritos em restos a pagar. As despesas administrativas – passagens, diárias e outras, que não puderam ser desmembradas por diretoria, não foram contabilizadas.

Em 2012, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 20RO e 20RJ e recebeu recursos da Diretoria de Programas e Bolsas – DPB para complementar recursos de capital para o LIFE. Recursos externos foram descentralizados pelo INEP para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2012.

Tabela 20. Investimentos da DEB em 2012

Origem Recurso	Programa	Ação	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos+ Inscritos em RP	% Execução
DEB	2030	20RO	247.692.680,00	315.487.266,87	127,37%
DEB	2030	20RJ	89.185.046,00	119.842.444,47	134,38%
DEB Total			336.877.726,00	430.958.494,34	
DPB	2032	4019	1.977.450,00	1.977.450,00	100,00%
DPB Total			1.977.450,00	1.977.450,00	
INEP	2032	4000	2.500.000,00	2.500.000,00	100,00%
INEP Total			2.500.000,00	2.500.000,00	
Total Geral			341.355.176,00	439.807.161,34	128,84%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de outros setores aplicados por programa da DEB está assim distribuído:

Tabela 21. Recursos aplicados por programa da DEB em 2012

Programa DEB	EMPENHADO + DESCENTRALIZADO + RP NÃO PROCESSADO (R$)						% Recursos por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA			AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA		TOTAL (R$)	
	20RO	20RJ		4019	4000		
	Bolsa (R$)	Custeio (R$)	Capital (R$)	Capital (R$)	Custeio (R$)		
Pibid	198.099.682,33	19.131.399,06	1.853.533,35	0,00	0,00	219.084.614,74	**50,31%**
Parfor	102.769.312,00	60.011.686,68	114.437,34	0,00	0,00	162.895.436,02	**37,41%**
OBEDUC	13.513.827,54	207.550,00	454.627,00	0,00	2.500.000,00	16.676.004,54	**3,83%**
Projetos Especiais	1.104.445,00	14.560.364,77	0,00	0,00	0,00	15.664.809,77	**3,60%**
Life	0,00	12.336.575,20	0,00	1.977.450,00	0,00	14.314.025,20	**3,29%**
Novos Talentos	0,00	4.330.579,63	0,00	0,00	0,00	4.330.579,63	**0,99%**
Prodocência	0,00	2.090.283,10	380.191,34	0,00	0,00	2.470.474,44	**0,57%**
Total	**315.487.266,87**	**112.668.438,44**	**2.802.789,03**	**1.977.450,00**	**2.500.000,00**	**435.435.944,34**	**100,00%**

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

No PLOA 2012 estavam previstos recursos na ordem de R$ 247.692.680,00 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. Após diversas operações orçamentárias, nas quais os recursos para a Ação 20RO foram contingenciados no início do ano e suplementados ao longo do ano fiscal, antes mesmo que os recursos contingenciados fossem liberados em sua totalidade, a execução orçamentária foi de R$ 315.487.266,87, aproximadamente 127 % do valor inicial disponibilizado.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em bolsas em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2012.

Tabela 22. Recursos da Diretoria aplicados em bolsas por Programa da DEB em 2012

AÇÃO	PROGRAMA	EMPENHADO	RAP NÃO PROCESSADO	Recursos Empenhados + Inscritos em RP	% Bolsas Programa (R$)/ Total de Bolsas (R$)
20RO	PIBID	95.401.210,00	15.422.327,00	110.823.537,00	62,79%
20RO	PIBID	27.166.069,33	4.171.426,00	31.337.495,33	
20RO	PIBID	27.850.590,00	4.479.840,00	32.330.430,00	
20RO	PIBID	4.574.740,00	0,00	4.574.740,00	
20RO	PIBID	19.033.480,00	0,00	19.033.480,00	
	PIBID Total	174.026.089,33	24.073.593,00	198.099.682,33	
20RO	PARFOR	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	32,57%
	PARFOR Total	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	
20RO	Obeduc	2.094.700,00	387.600,00	2.482.300,00	4,28%
20RO	Obeduc	3.610.945,00	346.437,90	3.957.382,90	
20RO	Obeduc	1.482.876,64	132.000,00	1.614.876,64	
20RO	Obeduc	1.729.400,00	184.000,00	1.913.400,00	
20RO	Obeduc	3.222.300,00	323.568,00	3.545.868,00	
	Obeduc Total	12.140.221,64	1.373.605,90	13.513.827,54	
20RO	PE	770.320,00	0,00	770.320,00	0,35%
20RO	PE	241.100,00	57.900,00	299.000,00	
20RO	PE	25.860,00	0,00	25.860,00	
20RO	PE	9.265,00	0,00	9.265,00	
	PE Total	1.046.545,00	57.900,00	1.104.445,00	
	Total Geral	272.718.355,97	42.768.910,90	315.487.266,87	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RJ**

A Ação 20RJ deve ser vista em conjunto com a Ação 20RO que representa a concessão de bolsas. Por meio da 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas, viabilizam o dia-a-dia dos projetos institucionais. Em programas onde não há concessão de bolsas, a Ação 20RJ engloba a totalidade das atividades a serem induzidas e fomentadas. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação. Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em custeio e capital no ano de 2012.

Tabela 23. Recursos da Diretoria aplicados em custeio e capital por Programa da DEB em 2012

AÇÃO	PROGRAMA	PLANO INTERNO	FOMENTO	RAP NÃO PROCESSADO	RECURSOS EMPENHADOS + DESTAQUES CONCEDIDOS + INSCRITOS EM RP	% CUSTEIO E CAPITAL (R$)/ TOTAL CUSTEIO E CAPITAL (R$)
20RJ	PARFOR	PARFOR - AUXPE	Custeio	0,00	1.380.000,00	50,13%
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Custeio	16.388.417,13	58.631.686,68	
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Capital	51.662,50	114.437,34	
	PARFOR Total			16.440.079,63	60.126.124,02	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	95.807,81	431.849,07	17,49%
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	235.758,00	10.666.686,68	
20RJ	PIBID	PIBID - FOMENTO	Custeio	336.897,29	1.471.614,73	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Custeio	4.260.831,67	6.561.248,58	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Capital	265.280,00	1.545.382,77	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Capital	32.000,00	308.150,58	
	PIBID Total			5.226.574,77	20.984.932,41	
20RJ	PE	Projetos Especiais - AUXPE	Custeio	5.781.444,94	14.162.994,94	12,14%
20RJ	PE	Projetos Especiais- PNOQ - AUXPE	Custeio	0,00	200.000,00	
20RJ	PE	Projetos Especiais- SBF - AUXPE	Custeio	0,00	167.939,03	
20RJ	PE	Projetos Especiais- RD - INSTITUCIONAL	Custeio	12.134,80	29.430,80	
	PE Total			5.793.579,74	14.560.364,77	
20RJ	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital	399.871,85	12.336.575,20	11,93%
4019	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital		1.977.450,00	
	LIFE Total			399.871,85	14.314.025,20	
20RJ	NT	NOVOS TALENTOS - AUXPE	Custeio	0,00	4.330.579,63	3,61%
	NT Total			0,00	4.330.579,63	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Custeio	57.553,85	1.406.260,23	2,06%
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Custeio	556.470,87	684.022,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Capital	0,00	38.179,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Capital	0,00	342.011,47	
	ProdocênciaTotal			614.024,72	2.470.474,44	
20RJ	OE	Observatório da Educação - AUXPE	Custeio	40.000,00	132.550,00	2,64%
20RJ	OE	Observatorio da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	25.000,00	
4000	OE	Observatorio da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	2.500.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Custeio	0,00	50.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	56.000,00	446.627,00	

20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	0,00	8.000,00	
	OE Total			96.000,00	3.162.177,00	
	Total Geral			28.570.130,71	119.948.677,47	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Sobre a execução em 2012**

A execução orçamentária anual da DEB no período de 2009 a 2012 reflete o processo de consolidação pelo qual a Diretoria passa. Com uma baixa execução orçamentária em 2009, que em 2010 subiu para 66,73 %, finda o ano de 2011 num patamar superior a 98 %. Essa tendência crescente de capacidade de execução é confirmada em 2012, cuja execução foi superior a 127%.

O ritmo de crescimento da execução orçamentária no período 2009 – 2012 foi expressivo – aproximadamente 900% em quatro anos. No entanto, o crescimento dos recursos humanos que operacionalizam e fiscalizam esse montante de recursos não acompanhou essa tendência.

Em 2012, diversos programas adiaram sua implementação ou expansão em função de indefinições orçamentárias. Logo no início do ano, foi determinado o contingenciamento orçamentário que perdurou por todo o ano fiscal de 2012. Suplementações orçamentárias foram autorizadas, antes que os recursos contingenciados fossem liberados. Essa ausência de lógica orçamentária dominou o cenário por todo o ano e dificultou o planejamento das ações da Diretoria. Apesar de todas as dificuldades, a execução orçamentária da DEB pode ser considerada excelente – média superior a 127 %. Em suas ações próprias, a execução foi superior a 134,38% na 20RJ e acima de 127,37% na 20RO. Os recursos externos, recebidos de outras diretorias ou descentralizados por outros órgãos, por meio das ações 4019 e 4000, respectivamente, foram executados em sua totalidade (100%).

f) Ano de 2013

O ano fiscal de 2013 foi marcado por diversas incertezas durante a execução das Ações 20RO e 20RJ. Foi um ano caracterizado por disponibilidade orçamentária e ausência de cotas financeiras. Na prática, as Ações 20RO e 20RJ, que são utilizadas para fomentar na CAPES os programas da DEB e da DED, não puderam ser executadas na íntegra e diversos programas das referidas diretorias não foram lançados ou tiveram reduzidas suas abrangências.

Uma síntese dos recursos recebidos pelas duas diretorias em 2013 é apresentada a seguir:

Tabela 24. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2013

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL (LEI)	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTAÇÃO AUTORIZADA
20RJ	Custeio	92.406.260,00	172.606.086,00	0,00	265.012.346,00
20RJ	Capital	7.593.740,00	90.769.011,00	-2.531.247,00	93.300.257,00
20RJ Total		100.000.000,00	263.375.097,00	-2.531.247,00	358.312.603,00
20RO	Bolsas	700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
20RO Total		700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
Total Geral		800.268.052,00	504.846.771,00	-32.531.247,00	1.270.052.329,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O orçamento conjunto das duas diretorias atingiu o montante de R$ 1.270.052.329,00 após duas suplementações orçamentárias: a primeira liberada em agosto/2013 por meio de decreto no valor de R$ 113.334.941,00; e a segunda por meio da publicação em 6/12/2013 do

Projeto de Lei 12.889/13 no valor R$ 358.980.583,00. Esses créditos foram reduzidos em R$ 32,5 milhões. No entanto, os recursos suplementados vieram com a cota orçamentária e a cota financeira tinha que ser negociada caso a caso, o que impediu que eles fossem executados em sua totalidade. Ao final do ano, R$ 88.866.880,87 foram colocados em restos a pagar a processar – RAP 2014 — R$ 53.961.311,01 da Ação 20RJ (custeio e capital) e R$ 34.905.569,86 da Ação 20RO(bolsas) — e R$ 325.394.963,66 foram recolhidos pela SPO/MEC.

Um montante de R$ 1.709.899,05 foi gasto em despesas administrativas (passagens, diárias, auxílio avaliação educacional – AAE) e repartidos igualmente entre as duas diretorias, pois não há como separar por diretoria essas despesas. O orçamento da DEB para 2013 foi de R$ 634.294.767,38 e o da DED foi de R$ 635.757.561,62.

- **Recursos orçamentários recebidos pela DEB e suas aplicações – Ano 2013**

No ano de 2013 a DEB executou recursos que foram alocados nos Programas 2030 - Educação Básica — Ações 20RO, 20RJ — e no Programa 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais — Ação 4000.

Os recursos disponibilizados na Ação 20RO somaram um total de R$ 481.155.877,29 e foram utilizados no pagamento das bolsas aos programas fomentados pela DEB. Na Ação 20RJ foram alocados R$ 153.138.890,09, sendo R$ 94.347.429,65 em recursos de custeio e R$ 58.791.460,44 em recursos de capital. A Ação 4000 foi utilizada para receber R$ 7.000.000,00 do INEP, oriundos de uma parceria estabelecida entre CAPES/INEP para fomentar o Programa Observatório da Educação. A seguir é apresentada uma síntese dos recursos orçamentários disponibilizados para a DED no ano de 2013, considerando recursos próprios e os resultantes de parceria.

Tabela 25. Recursos orçamentários destinados à DEB – 2013

AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	Total Ações (Próprias e Externas)
20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	
Bolsa (R$)	Custeio (R$)	Capital (R$)		Custeio (R$)	
481.155.877,29	94.347.429,65	58.791.460,44	634.294.767,38	7.000.000,00	641.294.767,38

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de parceiros aplicados por programa da DEB está resumido na tabela a seguir.

Tabela 26. Recursos orçamentários executados por programa pela DEB – 2013

Programa DEB	EMPENHO LIQUIDADO + DESCENTRALIZADO + RAP 2014 - NÃO PROCESSADO (R$)										% Recursos executados por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	RAP 2014 - NÃO PROCESSADO				TOTAL (R$) (Ações Diretoria, Externas e RAP-2014)	
	20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	20RO	20RJ		Total (RAP2014)		
	Bolsa (R$)	Custeio (R$)	Capital (R$)		Custeio (R$)	Bolsa (R$)	Custeio (R$)	Capital (R$)			
Pibid	279.492.640,61	8.398.456,02	9.500,00	287.900.596,63		17.928.960,86	752.162,00	8.000,00	18.689.122,86	306.589.719,49	**55,68%**
Parfor	125.335.138,00	46.439.917,09	144.710,00	171.919.765,09		7.886.700,00	415.990,19	4.500,00	8.307.190,19	180.226.955,28	**32,73%**
OBEDUC	22.014.949,10	372.677,24	299.857,00	22.687.483,34	6.315.115,80	2.352.080,00		80.000,00	2.432.080,00	31.434.679,14	**5,71%**
Projetos Especiais	5.170.279,29	8.963.499,00		14.133.778,29		915.260,00	870.000,00	0,00	1.785.260,00	15.919.038,29	**2,89%**
Novos Talentos		3.265.992,04		3.265.992,04			6.277.049,90		6.277.049,90	9.543.041,94	**1,73%**
Prodocência		36.200,00		36.200,00			4.579.713,57		4.579.713,57	4.615.913,57	**0,84%**
Life		0,00	0,00	0,00			1.403.006,11		1.403.006,11	1.403.006,11	**0,25%**
Despesas Administrativas		854.949,53		854.949,53					0,00	854.949,53	**0,16%**
Total	**432.013.007,00**	**68.331.690,92**	**454.067,00**	**500.798.764,92**	**6.315.115,80**	**29.083.000,86**	**14.297.921,77**	**92.500,00**	**43.473.422,63**	**550.587.303,35**	**100,00%**

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

- **Análise da aplicação dos recursos disponibilizados – ano 2013**

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RO recursos na ordem de R$ 481.155.877,29 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. A execução orçamentária foi de R$ 432.013.007,00 e R$ 29.083.000,86 foram alocados em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 20RJ**

Por meio da Ação 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas pagas na Ação 20RO, viabilizam o dia-a-dia dos projetos fomentados pela DEB.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química, Olimpíadas Brasileiras de Matemática e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação.

Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RJ recursos na ordem de R$ 153.138.890,09 para o fomento de custeio e capital no âmbito da DEB – R$ 94.347.429,65 para custeio e R$ 58.791.460,44 para capital. A execução orçamentária foi de 68.785.757,92 e R$ 14.390.421,77 foram colocado em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 4000**

Por meio da Ação 4000 foram repassados pelo INEP à Capes R$ 7.000.000,00 destinados ao custeio do Programa Observatório da Educação. Desse total, R$ 2.500.000,00 destinaram-se aos projetos fomentados pelo Edital 2010 e R$ 4.500.000,00 aos projetos do Edital 2012. A execução orçamentária foi de R$ 6.315.115,80.

- **Sobre a execução em 2013**

As dificuldades orçamentárias enfrentadas pela DEB ao longo de 2013 já foram descritas no tópico referente ao ano de 2013. Vale salientar que programas importantes deixaram de ser expandidos em 2013 em função das incertezas orçamentárias. Como exemplo citamos o Pibid, que deveria ter passado de 49.321 bolsistas para 75.000 já em 2013, e o Programa Residência Docente, que foi implementado inicialmente no Colégio Pedro II e que deveria ser expandido para os 17 Colégios de Integração. A não expansão também alcançou o Parfor cuja modalidade voltada à educação infantil foi adiada. Em situação crítica ficou o LIFE, que teve todo o recurso de capital recolhido pela SPO/MEC e o edital do programa que já tinha selecionado e divulgado o resultado do processo seletivo não pode ser implementado em 2013.

Apesar de todos os problemas enfrentados, pode-se considerar que a DEB teve uma boa execução orçamentária em 2013. A tabela a seguir sintetiza os recursos aplicados em cada Ação e informa o percentual de execução.

Tabela 27. Execução orçamentária das Ações da DEB – 2013

AÇÃO	MODALIDADE	DI + DECRETO + PL	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE)	RAP 2014	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014)
20RO	Bolsas	481.155.877,29	432.013.007,00	89,79%	29.083.000,86	461.096.007,86	95,83%
20RJ	Custeio	94.347.429,65	68.331.690,92	72,43%	14.297.921,77	82.629.612,69	87,58%
	Capital	58.791.460,44	454.067,00	0,77%	92.500,00	546.567,00	0,93%
4000	Custeio	7.000.000,00	6.315.115,80	90,22%	0	6.315.115,80	90,22%
Total		634.294.767,38	507.113.880,72	79,95%	43.473.422,63	550.587.303,35	86,80%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

Analisando o total de recursos orçamentários executados, tem-se uma execução média de 79,95%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 86,80%.

A execução orçamentária na Ação 20RO foi de 89,79%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 95,83%. O custeio da Ação 20RO também teve uma boa execução, 72,43% se não for considerado o RAP 2014. Considerando essa parcela, sobe para 87,58%. Os recursos externos, recebidos por meio da Ação 4000 e aplicados em custeio, tiveram uma execução de 90,22%. Esses números mostram que, apesar de todas as dificuldades orçamentárias, a execução orçamentária foi eficiente quando consideramos os recursos destinados às bolsas e ao custeio.

O grande problema na execução orçamentária está na Ação 20RJ na rubrica capital, cujo valor é inferior a 1%. Embora a cota orçamentária de R$ 58.791.460,44 tenha sido liberada, não foi disponibilizada a cota financeira. Dessa forma, recursos que estavam reservados para os programas LIFE, Pibid, Parfor, Prodocência e Observatório da Educação não puderam ser empenhados e foram recolhidos pela SPO/MEC.

7. Desafios da DEB

Em 2013, a equipe responsável pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB manteve seu trabalho de consolidação, expansão e implantação dos programas de indução e fomento à formação dos professores da educação básica, ~~e~~ tendo como norte a valorização do magistério e a elevação da qualidade da educação brasileira. Nesse período de cinco anos, já se observam resultados significativos e a sociedade percebe na Capes um agente capaz de fomentar e impulsionar mudanças na formação de professores e, por extensão, na educação básica do País.

Registre-se a sensibilidade para o tema da educação básica e o apoio irrestrito e competente do presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, às políticas e aos programas desenvolvidos pela DEB. Sem dúvida, o desafio de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores, na perspectiva de valorizar a carreira docente e de buscar a qualidade da educação no Brasil, foi simplificado pelo entusiasmo e pelo sentido de urgência que o presidente conferiu à nova missão da Capes.

Além de desenvolver programas, a DEB cuida de questões estruturantes para a inserção plena da educação básica na Capes. Um primeiro cuidado, ainda em 2009, foi a revisão do orçamento, negociando as ações e os recursos destinados à área. Ações novas foram incluídas na Lei Orçamentária e mantidas no PPA 2012-2015. A garantia de recursos financeiros que suportem o crescimento dos programas ainda é um assunto que merece cuidado, já que a cada ano torna-se necessário pedir suplementação.

Em 2011, a DEB liderou a proposta de mudança na Lei 11.502/2007, reivindicando para a educação básica as mesmas condições dadas à pós-graduação e a possibilidade de o presidente da agência estabelecer as bolsas necessárias ao pleno desenvolvimento da missão do órgão. Em 2012, com a promulgação da Lei 12.695, esta diretoria, em conjunto com a Diretoria de Educação a Distância, elaborou proposta de regulamentação das bolsas pagas pela Capes, nas ações de formação de professores da educação básica. A autonomia concedida à presidência, a exemplo do que acontece no FNDE e no CNPq, é essencial para assegurar agilidade e transparência à Capes.

Com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, a DEB discute os grandes desafios e os caminhos para a formação docente, inclusive no tocante a uma pontuação na avaliação trienal da Capes que reconheça o envolvimento e o compromisso da pós-graduação com a educação básica.

Junto ao Conselho Superior, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e a todos os Comitês de Área de Capes, a DEB mostrou o cenário da educação básica no país e a necessidade de investimentos na formação de professores como estratégia essencial para a busca da qualidade do sistema nacional de educação. Os primeiros resultados já começam a aparecer: todas as grandes áreas apresentaram propostas de articulação da pós-graduação com a educação básica e cresce o número de mestrados profissionais para professores da educação básica.

Nesse contexto de mudanças e inovações, e buscando atingir os objetivos previstos no planejamento estratégico e alinhar suas ações à sistemática de trabalho da Capes - indução, fomento, avaliação, com flexibilidade, agilidade e responsabilidade pública - os principais desafios que se colocam para a DEB são:

a) resolver questões ligadas ao número de analistas e assistentes de C&T em exercício da diretoria, tendo em vista o crescimento de seus programas e os recursos a serem executados (em recursos humanos a DEB é a menor diretoria da Capes);

b) buscar apoio da DTI para reduzir o volume de trabalho não informatizado, tornando o Sicapes um sistema completo, que ofereça aos parceiros e ao corpo técnico respostas simples e amigáveis aos processos de recebimento e análise de propostas, acompanhamento e monitoramento em tempo real, prestação de contas, relatórios parciais e de cumprimento de objeto e outros, de modo a liberar os analistas de C&T para o acompanhamento pedagógico mais intenso e qualitativo das atividades desenvolvidas;

c) manter, junto à DTI, as negociações para a implantação do ambiente virtual Comunidades Capes, que será um importante instrumento de gestão, visibilidade e compartilhamento dos programas que induz e fomenta, integrando-o ao Sicapes para que as informações e os produtos nele postados sejam parte do Relatório Técnico de Cumprimento de Objeto, simplificando o trabalho das IES parceiras e dos técnicos da Capes;

d) acompanhar sistematicamente a implementação do PPA (Plano Plurianual) de modo a garantir uma execução orçamentária sempre acima de 90%;

e) consolidar e, em alguns programas da DEB, implantar a cultura de acompanhamento e avaliação de processo e efetividade, com olhares externos;

f) valorizar a educação básica na avaliação da pós-graduação;

g) incentivar a integração e a sinergia dos programas apoiados;

h) ampliar o diálogo e o compartilhamento dos programas com os parceiros responsáveis pela sua execução e destes entre si;

i) buscar junto aos setores competentes o estabelecimento de uma base financeiro-orçamentária compatível com o tamanho dos programas e as projeções de crescimento estabelecidas para cada ano;

j) expandir seu trabalho com a implantação de novos programas que contribuam para consolidar a missão da Capes na educação básica de induzir e fomentar, em regime de colaboração com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e sua valorização.

Para a DEB, o desafio da melhoria da qualidade da educação relaciona-se diretamente com a qualidade da formação de professores, com a estruturação da carreira, com as condições de trabalho dos profissionais e com a valorização do magistério nas instituições de ensino, na comunidade científica e na sociedade em geral. Embora não sendo responsável por todo esse arcabouço, a DEB considera que, se cada um fizer seu trabalho no presente, o futuro poderá trazer a mudança que o Brasil espera. A DEB está fazendo sua parte e sua visão de futuro inclui a expansão e a consolidação do que vem sendo feito e o crescimento inovador que levará à excelência e à equidade na formação docente.

Pautam o trabalho da Diretoria os ensinamentos de dois grandes brasileiros: Paulo Freire e Anísio Teixeira. O primeiro conclama à criatividade e a uma ação comprometida com o fazer responsável, com o aqui-agora: *"Na medida em que o homem cria, recria e decide, vão se formando as épocas históricas. E é também criando, recriando e decidindo como deve participar nessas épocas. É por isso que obtém melhor resultado toda vez que, integrando-se no espírito delas, se apropria de seus temas e reconhece suas tarefas concretas." (*Paulo Freire, 1979, p. 64).

Anísio Teixeira, criador da Capes, lembra a necessidade de universalizar uma formação que prepare o educador que se forma e forma cidadãos de um mundo complexo: *"O desafio moderno é sobretudo este: conseguir que todos os homens adquiram a disciplina intelectual de pensamento e estudo que, no passado, conseguimos dar aos poucos especialistas dotados para essa vida intelectual. O conhecimento e a vida adquiriram complexidade tamanha que só uma autêntica disciplina mental poderá ajudá-lo a se servir da ciência, a*

compreender a vida em sua moderna complexidade e amplitude e a dominá-la e submetê-la a uma ordem humana."

Reconhecendo a complexidade de formar um profissional de alta competência para as exigências da educação do século XXI, o papel estruturante dos professores da educação básica na concretização de um Brasil democrático e inclusivo, a necessidade de construção de um sistema nacional de educação de elevado grau de qualidade e equidade, a DEB enfrenta suas tarefas concretas e seus desafios com a certeza de estar contribuindo para escrever um novo capítulo na história dessa sexagenária e respeitada Fundação, a Capes.

Figura 16. Equipe DEB 2012

DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – DEB

CARMEN MOREIRA DE CASTRO NEVES
Diretora

PAULO SÉRGIO PARRO
Assessor da Diretoria

Érika Sousa Dias - Secretária
Margareth Lopes Alves – Secretária

COORDENAÇÃO DE APOIO À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CGDOC

IZABEL LIMA PESSOA
Coordenadora-Geral

Alcione Rodrigues da Silva - Secretária

LORENA LINS DAMASCENO
Coordenadora de Apoio à Formação de Profissionais do Magistério – CAF

Mariana Gomes Candido Fontes – Analista em Ciência e Tecnologia
Paloma Siqueira Fonseca – Analista em Ciência e Tecnologia
Guilherme Henrique Barata Macedo - Assistente em Ciência e Tecnologia
Barbara França Gontijo – Assistente em Ciência e Tecnologia
Sofia de Brito Ferreira - Analista em Ciência e Tecnologia
Regiane Kawakami - Analista em Ciência e Tecnologia
Stefany Matie Martins - Apoio Administrativo
Alexandre Ferreira da Costa – Apoio Administrativo

NINNA CARLA ZAMARIOLLI ARAÚJO
Coordenadora de Apoio a Programas de Valorização das Licenciaturas – CAL

Ruy Gonçalves Silva - Analista em Ciência e Tecnologia
Isabela Ramos Coelho Pimentel - Assistente em Ciência e Tecnologia
Ana Paula Bezerra - Assistente em Ciência e Tecnologia
Cleide Isaias dos Santos Soares - Apoio Administrativo
Bruna Fernanda Pamplona - Apoio Administrativo

COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – CGV

HÉLDER ETERNO DA SILVEIRA
Coordenador-Geral

Kelly Vieira Flores - Secretária

FERNANDA LITVIN VILLAS BOAS
Coordenadora de Apoio a Inovação e a Pesquisa em Educação – CINPE

Betúllia Mariano de Oliveira Souto – Apoio Administrativo
Carine Pereira Mariani – Assistente em Ciência e Tecnologia
Cláudia Barbosa Santos Ferreira de Souza – Analista em Ciência e Tecnologia
Daniela Amorim Meira – Assistente em Ciência e Tecnologia
Felipe Formiga Tavares – Analista em Ciência e Tecnologia
Giulliano Amaral Viana - Analista em Ciência e Tecnologia
João de Deus Francisco de Almeida - Analista em Ciência e Tecnologia
Marcel Garcia de Souza - Assistente em Ciência e Tecnologia
Patrícia Amaral – Analista em Ciência e Tecnologia
Silvia Helena Rodrigues – Analista em Ciência e Tecnologia
Talysson Andrey Rocha Santos – Assistente em Ciência e Tecnologia
–Matheus de Siqueira Xavier - Estagiário

CLAUDETE BATISTA CARDOSO
Coordenadora de Valorização da Formação Docente - CVD

Adriano Marini - Analista em Ciência e Tecnologia
Alex Frank de Oliveira Ferreira
Ana Carolina Villares Barral Villas Boas - Analista em Ciência e Tecnologia
Andreisa de Oliveira Cardoso - Analista em Ciência e Tecnologia
Elivelton de Oliveira – Apoio Administrativo
Fabrício Gonçalves Silva Filho – Analista em Ciência e Tecnologia
Gabriela Sousa Dias – Apoio Administrativo
Gisele Ferreira Esteves Peixoto – Analista em Ciência e Tecnologia
Inaê Murrieta Costa – Assistente em Ciência e Tecnologia
Josélia Paulino Borges - Analista em Ciência e Tecnologia
Lucas Lopes de Santana - Analista em Ciência e Tecnologia
Rose Cleide Mendes Monteiro – Analista em Ciência e Tecnologia
Simone Rodrigues da Rocha - Analista em Ciência e Tecnologia
Thailisa Sousa Bernardes – Assistente em Ciência e Tecnologia
Yuri Ghobad da Silva – Analista em Ciência e Tecnologia
Kariny Cristina Pereira – Estagiária
Letícia Del Pilar Lastras Batalha - Estagiária

Diretoria de
Formação de Professores da Educação Básica - DEB

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Ministério da Educação - MEC Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 6, 4º. Andar
CEP: 70.040-020 - Brasília/DF
Fone: (0055 61) 2022-6550; (0055 61) 2022-6565
Fax: (0055 61) 2022-6560

http://www.capes.gov.br/educacao-basica

8. ANEXO I – IES Parceiras

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES				**311**	**96**	**285**	**32**	**240**	**115**	**101**	**126**	**37**	**1032**
NORTE				**28**	**16**	**28**	**5**	**19**	**15**	**8**	**14**	**5**	**110**
N	AC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	IFAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	AC	Privada	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	FAB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1	1	0	0	1	0	1	0	4
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1	1	0	1	0	2	1	0	6
N	AM	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS	UNINILTON	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	IFAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1	1	0	1	0	0	1	1	5
N	AP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ	UEAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1	1	1	0	1	1	1	1	7
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1	1	0	0	2	1	1	0	6
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1	1	1	10	1	2	2	0	18
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1	1	0	0	1	0	0	0	3
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1	1	0	2	1	0	1	0	6
N	PA	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	CEULS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	PA	Privada	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	RO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ	CEULJI/ULBRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Privada	FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA	FCR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	0	1	1	1	2	1	0	0	6
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1	1	0	0	1	1	1	0	5
N	TO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFTO	0	1	0	0	0	0	1	0	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS										
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1	1	0	2	2	0	1	1	8
N	TO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	0	1	0	0	1	0	1	0	3
N	TO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NORDESTE				**61**	26	56	12	33	34	19	35	12	227
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	0	1	0	0	1	1	1	1	5
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	0	1	0	4	1	1	1	0	8
NE	AL	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
NE	AL	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DE ALAGOAS	FAPEAL	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	0	1	1	0	1	1	1	0	5
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	0	1	0	0	2	0	1	0	4
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1	1	1	4	0	1	1	1	10
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1	1	1	0	1	1	1	0	6
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	0	1	0	0	1	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1	1	0	0	0	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1	1	0	0	1	1	1	0	5
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1	1	0	1	2	1	1	0	7
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1	1	1	2	0	0	2	0	7
NE	BA	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR	UCSAL	0	0	0	1	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	0	1	1	1	1	1	1	1	7
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1	1	0	1	1	1	2	0	7
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1	1	1	0	1	0	0	0	4
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA-CE	1	1	0	0	0	0	1	0	3

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	CE	Privada	FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE	FVJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	FACULDADE SETE DE SETEMBRO	FA7	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	INTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1	1	1	0	1	0	1	0	5
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1	1	0	0	1	0	1	1	5
NE	MA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	0	1	1	0	2	0	1	0	5
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	0	1	0	1	2	2	1	1	8
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1	1	0	2	1	0	1	1	7
NE	PB	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	UNIPÊ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	IFSertãoPE	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1	1	1	2	0	1	1	0	7
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1	1	0	1	0	1	1	1	6
NE	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE	CESA	0	1	1	0	1	0	0	0	3
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE SÃO FRANCISCO	CESVASF	0	1	1	0	1	0	0	0	3
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	FAFOPAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BELO JARDIM	FABEJA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE ASCES	ASCES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE DA ESCADA	FAESC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE	FAFIRE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE SANTA CATARINA	FASC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	1	1	0	0	1	0	2	0	5

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1	1	1	1	2	0	1	1	8
NE	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN	1	1	0	0	1	0	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	1	1	0	0	0	1	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1	1	0	6	1	3	1	1	14
NE	RN	Estadual	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY	IFESP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1	1	0	1	1	0	1	0	5
NE	RN	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DO RN	FAPERN	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	RN	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	UNIFACEX	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	IFS	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	0	1	0	4	2	0	2	1	10
NE	SE	Privada	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA	FJAV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Privada	UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CENTRO-OESTE				**23**	**5**	**21**	**5**	**24**	**12**	**16**	**11**	**4**	**98**
CO	DF	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1	1	1	6	2	3	2	0	16
CO	DF	Privada	FACULDADE JESUS MARIA JOSÉ	FAJESU	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	DF	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	DF	Federal	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CNPq	0	0	0	0	0	0	0	2	2
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IF Goiano	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	0	1	0	0	0	0	0	1	2
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	0	1	1	5	0	1	1	0	9
CO	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	0	1	0	0	1	0	2	0	4
CO	GO	Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CO	GO	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC/GO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	GO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	UNIEVANGÉLICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
CO	GO	Privada	INSTITUTO APHONSIANO DE ENSINO SUPERIOR	IAESUP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	0	1	1	1	0	0	1	0	4
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	0	1	1	4	2	3	2	1	14
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1	1	0	1	1	0	0	0	4
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	0	1	0	2	0	0	0	0	3
CO	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT	0	1	0	0	1	0	0	0	2
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	1	1	0	4	2	2	1	0	11
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1	1	1	1	0	7	0	0	11
CO	MT	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA	AJES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SUDESTE				**131**	**23**	**114**	**3**	**96**	**28**	**31**	**39**	**10**	**344**
SE	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	1	1	0	0	0	0	2	0	4
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	0	1	0	2	0	0	1	0	4
SE	ES	Municipal	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE	FAFIA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	FABRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	SÃO CAMILO - ES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	FACULDADE FUCAPE	FUCAPE	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	ESCOLA SUPERIOR SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ESFA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFETMG	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IF SUL DE MINAS	0	1	0	0	0	1	1	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	0	1	0	0	2	0	0	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFSEMG	0	1	0	0	2	0	1	0	4

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS										
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	0	1	1	6	2	1	1	1	13
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	0	1	0	1	1	1	0	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	0	1	0	0	0	0	2	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	0	1	0	0	1	2	1	0	5
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	0	1	0	3	2	1	2	1	10
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	0	1	0	0	0	2	1	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	0	1	1	0	0	0	1	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	0	1	0	0	2	0	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	0	1	0	0	1	1	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	UNIFEG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	UNIFORMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DE ITAJUBA	FEP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNILESTE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DE CAMPOS GERAIS	FACICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	FACIG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	FUCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	FAPAM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DO FUTURO	FAF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE PRISMA	FAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE CATAGUASES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES VALE DO CARANGOLA -	FAVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			FAVALE										
SE	MG	Privada	FAI - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR EM GESTÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	FAI-MG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE FUMEC	FUMEC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS	ISED	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC/MG	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	UNIVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI	UNIVAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	0	1	0	4	0	0	0	0	5
SE	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1	1	0	0	1	0	1	0	4
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	0	1	0	0	0	1	0	0	2
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	0	1	0	1	0	5	1	0	8
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	0	1	0	7	2	2	1	2	15
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1	1	0	2	0	1	1	0	6
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	0	1	0	2	0	0	1	0	4
SE	RJ	Federal	COLÉGIO PEDRO II	CPII	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLAERT	ISEPAM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO	ISERJ	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	1	1	0	2	0	0	1	0	5
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	0	1	0	3	2	2	1	0	9
SE	RJ	Privada	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA	IMPA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE ARTHUR SA EARP NETO	FASE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO	FFCLDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS	FGV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	RJ	Privada	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIABEU	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	UNIFOA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	UGB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	0	0	0	2	0	0	0	0	2
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	UVA	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ORGÃOS	UNIFESO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UNICAM	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	SBM	0	0	0	0	0	0	0	2	2
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA	SBF	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	SP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	0	1	0	0	2	0	2	0	5
SE	SP	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	0	1	0	8	1	0	1	0	11
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	0	1	0	1	2	2	1	0	7
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	0	1	0	11	1	3	1	1	18
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	1	1	0	7	1	2	2	0	14
SE	SP	Municipal	FACULDADES INTEGRADAS DE SANTA FÉ DO SUL	FUNEC	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	SP	Municipal	FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS	FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	1	1	0	0	0	2	1	0	5
SE	SP	Municipal	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ	ESEFJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	UNI-FACEF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1	1	1	1	1	0	2	0	7
SE	SP	Municipal	FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE BRAGANÇA PAULISTA	FESB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	UPM	1	1	0	0	0	0	0	0	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA	FFCL	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	USC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO DE BATATAIS	CEUCLAR	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	Centro Universitário UNIFAFIBE	FAFIBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO - FAPE	FAPE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FAPI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE SÃO VICENTE	FSV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	FESL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	FIC	2	0	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO	FGV-EAESP	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE PAULISTA DE ARTES	FPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA	FSDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SANTA MARCELINA	FASM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SEQÜENCIAL	SEQUENCIAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES ATIBAIA	FAAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FIFE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D´ÁVILA	FATEA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO VERA CRUZ	ISE VERA CRUZ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC/CAMP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	1	1	0	4	0	0	0	0	6
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNAERP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	UNASP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	UNIBAN	0	0	0	3	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	UNICASTELO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	UNIFIEO	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	UNIMEP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	UNISALESIANO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	UNIFEB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	UNISAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	UNISA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	UNIVAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	1	0	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	UMC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	UMESP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	UNISANTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SUL				**68**	**26**	**66**	**7**	**68**	**26**	**27**	**27**	**6**	**253**
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1	1	0	5	0	3	1	1	12
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1	1	1	0	1	1	2	0	7
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1	1	1	3	1	0	1	0	8
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP	1	1	0	0	1	0	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	0	1	0	0	1	1	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1	1	0	5	1	2	1	0	11
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	0	1	1	1	2	1	1	0	7
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1	1	1	3	1	1	1	0	9
S	PR	Privada	FACULDADE CENECISTA DE CAMPO LARGO	FACECLA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	PR	Privada	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	FACDOMBOSCO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE GUAIRACÁ	FAG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE SANT´ANA	IESSA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUC/PR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	UTP	0	0	0	2	0	0	0	0	2
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	IFFarroupilha	0	1	0	0	2	0	2	0	5
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	1	1	0	0	2	1	2	0	7
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1	1	0	0	0	0	1	1	4
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1	1	0	2	2	2	1	0	9
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	0	1	0	4	2	1	2	0	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	0	1	0	5	1	0	2	1	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1	1	0	4	1	2	1	1	11
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	0	1	0	2	1	4	2	1	11
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	IPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FACCAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	0	1	0	2	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPEL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE CENECISTA DE OSÓRIO	FACOS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	0	1	0	3	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	0	1	0	1	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	UNICRUZ	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	UNIFRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE TRÊS DE MAIO	SETREM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	UNILASALLE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI	ISEI	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UNIRITTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADES EST	EST	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIJUI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE PALOTINA	FAPAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IF-SC	0	1	0	0	0	1	0	0	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	0	1	1	1	2	2	2	0	9
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	0	1	1	9	1	3	1	1	17
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE	IFC	0	1	0	0	1	0	0	0	2
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	0	1	0	2	1	1	1	0	6
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1	1	0	1	1	1	1	0	6
S	SC	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	USJ	0	0	0	0	1	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	UNIFEBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIPLAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	1	1	0	3	0	0	0	0	5
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO	UNOCHAPECÓ	1	1	1	0	0	0	0	0	3

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			DE CHAPECÓ										
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	SC	Privada	FACULDADE DE ITAPIRANGA	SEI/FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1

9. ANEXO VII –IES Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores- LIFE

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	LIFE (projetos)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES				105	126
NORTE				**13**	**14**
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	2
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1
N	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1
N	TO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	IFTO	1
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1
N	TO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	1
NORDESTE				**31**	**35**
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	1
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	1
NE	AL	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	2
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	2
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA-CE	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	1
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	IFSertãoPE	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1
NE	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	2
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1
NE	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	2
CENTRO-OESTE				**8**	**11**

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	LIFE (projetos)
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	2
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IF Goiano	1
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	1
CO	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	2
CO	GO	Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	1
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	2
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	1
SUDESTE				**33**	**39**
SE	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	2
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IF SUL DE MINAS	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	IFSEMG	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	1
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	1
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	1
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLAERT	ISEPAM	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	1
SE	SP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	2
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	1
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	2
SE	SP	Municipal	FACULDADES INTEGRADAS DE SANTA FÉ DO SUL	FUNEC	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	2
SUL				**20**	**27**
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	2
S	PR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	IFFarroupilha	2
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	LIFE (projetos)
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	1
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	1
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1